

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JESSICA KOPAK CASTRO

**LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: Um estudo nas Instituições Federais de Ensino
Superior (IFES) da região sul do Brasil**

FLORIANÓPOLIS

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: Um estudo nas Instituições Federais de Ensino
Superior (IFES) da região sul do Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a ser
apresentado como requisito para a obtenção de título
de bacharel em Ciências Contábeis
Professor Orientador: Flávio da Cruz, Msc.
Co-orientador: Cláudio Luiz de Freitas

FLORIANÓPOLIS

2012

Jessica Kopak Castro

LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: Um estudo nas Instituições Federais de Ensino
Superior (IFES) da região sul do Brasil

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pelo (a) professor (a) e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 16 de março, de 2012.

Professor Irineu Afonso Frey, Dr.
Coordenador de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Professor(a) Flávio da Cruz, Msc.
Orientador(a)

Cláudio Luiz de Freitas, Bacharel.
Co-orientador

Professor(a)
Orion Augusto Platt Neto, Dr.

Para:

Minha mãe, Simone Cristina Kopak, que, me inspirou com sua determinação e coragem para enfrentar as dificuldades encontradas no decorrer da vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores que me acompanharam nessa jornada, em especial meu orientador, professor Msc. Flávio da Cruz e meu co-orientador Cláudio Luiz de Freitas pela atenção, compreensão e orientação.

À Deus, por ter me dado perseverança e coragem para a realização de mais esta conquista.

À minha amiga querida Tchiara Aparecida Maçambanni, pelo companheirismo dedicado ao longo dos semestres.

Ao meu amor, meu amigo, meu companheiro, Felipe Martins Schvartz, pelas palavras de conforto nas situações de dificuldades. Sem ele esse momento não seria possível.

"Na realidade na hora que é feita, nenhuma correção parece alegrar, mas causa dor. Depois, porém, produz um fruto de paz e de justiça para aquele que nela for exercitado." (Hebreus 12,11)

RESUMO

CASTRO, Jessica Kopak. **Licitações Sustentáveis:** Um estudo nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da região sul do Brasil. 2012. 85p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

Entre as ferramentas utilizadas para estimular o desenvolvimento sustentável no mercado, destaca-se a alternativa de implementação de políticas sustentáveis nas licitações feitas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Considerando essa implementação direcionada para as compras governamentais, este estudo tem por objetivo geral verificar o conhecimento das licitações sustentáveis nas IFES da região sul. Como objetivos específicos: verificar a utilização de critérios sustentáveis nos processos licitatórios das IFES; verificar a possibilidade da implantação das Licitações Sustentáveis nas IFES e detectar dificuldades para a implementação das Licitações Sustentáveis. Quanto à metodologia, no que se refere aos objetivos, ela é de natureza descritiva, pois nessa pesquisa o conhecimento das licitações sustentáveis nas IFES é observada segundo as diretrizes da Instrução Normativa n. 01/2010 emitida pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Quanto aos procedimentos técnicos trata-se de um *survey*. No que se refere à abordagem do problema ela é qualitativa. A trajetória metodológica divide-se em três fases: revisão teórica na qual são abordados os temas estudados, *survey* e discussão dos resultados. No final conclui-se que: Posicionando-se o governo no mercado, como gerador de requisitos sustentáveis e fonte de modificações na cultura de produção, existem ainda dificuldades para a execução das políticas sustentáveis no mercado. O principal deles é a falta de divulgação da informação entre os servidores públicos, visto a necessidade da atualização constante sobre legislações e normas referentes aos assuntos. Referente a aplicação das Licitações Sustentáveis, 25% das IFES pesquisadas afirmaram estar aplicando. Ressalta-se, entretanto, que aplicar as Licitações Sustentáveis no processo licitatório engloba não somente ações ambientais, mas também a análise dos benefícios que os bens ou serviços trarão à sociedade. Esse trabalho demonstra a crescente preocupação sócio ambiental das IFES, a cada ano surgem normatizações regulamentando ações que trazem benefícios para a sociedade e o meio ambiente, um exemplo de norma utilizada no trabalho é a Instrução Normativa n. 01/2010, que regulamenta a utilização das Licitações Sustentáveis, e espera-se que com esse trabalho seja divulgada para que mais IFES possam utilizar.

Palavras-chave: Licitação Sustentável. Licitação. Instituições Federais de Ensino Superior. Sustentabilidade.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de licitação	22
Quadro 2 – Práticas de Licitações Sustentáveis no mundo (início)	32
Quadro 2 – Práticas de Licitações Sustentáveis no mundo (término)	33
Quadro 3 – Decretos Federais	34
Quadro 4 – Serviços Sustentáveis	35
Quadro 5 – Bens Sustentáveis	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Funções dos respondentes	39
Gráfico 2 – Modalidades de licitações	41
Gráfico 3 – Características relevantes de bens sustentáveis	44
Gráfico 4 – Possibilidade da implantação	46
Gráfico 5 – Dificuldades da implementação	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Instituições Federais de Ensino Superior da Região Sul do país	19
Tabela 2 – Formação acadêmica	40
Tabela 3 – Itens mais licitados em quantidade nos últimos 3 anos	43
Tabela 4 – Possibilidade da intensidade para analisar as consequências ambientais em itens licitados	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC's – Clorofluorcarbono é um composto baseado em carbono que contém flúor e cloro.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

EPA - Environmental Protection Agency

EPP - Environmentally Preferable Purchasing

GPNI - Green Purchasing Network India

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

IGPN - International Green Purchasing Network

Hg – Mercúrio na Tabela Periódica dos elementos químicos

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

MEC - Ministério da Educação

MPOG – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão

NAFTA - North American Free Trade Agreement

NBR – Normas Brasileiras

OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

ONGs - Organizações Não Governamentais

PIB – Produto Interno Bruto

RoHS - Restriction of Certain Hazardous Substances

SDCO - Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

UFPR – Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA E PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVO	15
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	15
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	15
1.3 JUSTIFICATIVA	15
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA	16
1.5 LIMITAÇÃO DA PESQUISA	20
1.6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 LICITAÇÃO	21
2.1.1 <i>Modalidades de licitação</i>	22
2.2 FASES E TERMINOLOGIAS USUAIS NO PROCESSO LICITATÓRIO	25
2.3 LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL.....	27
2.3.1 <i>Licitação Sustentável x licitação verde</i>	30
2.3.2 <i>Licitação Sustentável na esfera global</i>	31
2.4 LEGISLAÇÃO PERTINENTE	33
2.5 CRITÉRIOS SUSTENTÁVEIS.....	35
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	38
3.1 PERFIL DOS RESPONDENTES	38
3.2 UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIOS SUSTENTÁVEIS NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS	40
3.3 POSSIBILIDADE DA IMPLANTAÇÃO	45
3.4 DIFICULDADES DA IMPLANTAÇÃO	46
4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	49
REFERÊNCIAS	51
BIBLIOGRAFIA	56
APÊNDICES	57
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO.....	58
ANEXOS	63
ANEXO A – DIRETIVA RoHS (<i>RESTRICTION OF CERTAIN HAZARDOUS SUBSTANCES</i>).....	64

1 INTRODUÇÃO

Devido à concorrência acirrada no mercado, notam-se as empresas necessitando cada vez mais de matérias primas e recursos naturais para aumentar seus níveis de produção.

Assim, as pressões sobre o meio ambiente aumentaram, tanto pela busca por novas fontes de recursos, quanto pela degradação ambiental, resultante da destinação incorreta dos resíduos na natureza e também pela sua utilização de forma irresponsável (VALENTE 2011).

Frente a este cenário, o mundo voltou-se para a necessidade de uma mudança nos padrões de consumo. Parte da sociedade começa então exigir das empresas bens que sejam ambientalmente corretos, fazendo com que elas alterem seu modo de produção tradicional para o modo de produção limpa.

As compras governamentais, licitações de bens, serviços e obras, possuem um relevante impacto na economia brasileira que, conforme Valente (2011), representa aproximadamente 15% do PIB. Sendo assim, os entes públicos devem ser os primeiros a mostrar mudanças na forma de consumir, conscientizar seus funcionários, parceiros, empresas e a população, realizando compras públicas incorporando políticas sustentáveis.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A licitação tem como finalidade o atendimento das necessidades materiais e serviços da instituição contratante, como a realização de uma obra ou o fornecimento de um bem, procedimento esse utilizado para atender aos interesses da sociedade e deve seguir ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, e obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, entre outros (GOMES, 2006).

Para atender à sociedade, com prestação de serviços de qualidade, o Estado utiliza-se do processo de licitação pública, previsto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, o qual expõe que “ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes [...]”.

As licitações são um processo utilizado para assegurar a igualdade entre os concorrentes participantes que desejam se tornar credores do Estado e assegurar a transparência para a sociedade. Segundo o art. 3º, §3º, da Lei n. 8.666/93, a licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento. Portanto, a população pode acompanhar o andamento do processo de compra.

De acordo com a Lei n. 8.666/93 os meios para acompanhamento deste processo são: no Diário Oficial da União, quando se tratar da licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal; Diário Oficial do Estado ou do Distrito Federal, quando se tratar da licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal; em jornal diário de grande circulação no Estado.

Nas licitações, a busca pela proposta mais vantajosa é uma referência para os administradores públicos, vendo-a como sendo o menor preço. Porém, na busca pela proposta mais vantajosa deve-se levar em consideração não apenas o menor preço, mas também as necessidades da Administração, do Estado e da coletividade (DIAS, 2000). Além disso, deve-se levar em conta que qualquer decisão do Estado deve estar em equilíbrio com os fatores como a eficiência, durabilidade e economicidade, em concordância com o equilíbrio do meio ambiente e, se possível, deve potencializar suas missões (GOMES, 2006).

Segundo Cruz *et al* (2008), a eficiência está relacionada à forma pela qual os recursos são utilizados, à otimização utilizando métodos e técnicas para utilizar-se dos mesmos com menor esforço e custo. Já economicidade refere-se aos prazos e condições em que são realizados os serviços ou utilizados os recursos.

Segundo John *et al* (2001, p. 01) “Durabilidade é uma questão muito mais baseada em conhecimento do que em recurso, pois é possível aumentar a vida útil sem aumentar o impacto ambiental durante a fase de produção”.

Os conceitos anteriores fundamentam e esclarecem a afirmação feita por Dias (2000). Eficiência está relacionada à forma pela qual os recursos são utilizados, durabilidade é uma consequência da eficiência, visto que sendo eficiente aumenta-se a durabilidade dos bens; combinando esses dois fatores com economicidade, chega-se ao resultado de decisões que utilizam recursos de forma adequada, dentro do prazo e com maior durabilidade.

Para regulamentar as Licitações Sustentáveis, em 19 de janeiro de 2010 foi criada a Instrução Normativa n. 01, emitida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Referida Instrução Normativa apresenta diretrizes para que os administradores públicos disponham de orientações para aplicar critérios sustentáveis aos itens licitados pelo Estado.

Frente ao exposto, questiona-se: Qual o conhecimento das Licitações Sustentáveis no processo licitatório das IFES?

1.2 OBJETIVO

Para que a pergunta apresentada seja respondida, o presente trabalho elaborou um objetivo geral e três objetivos específicos apresentados a seguir.

1.2.1 Objetivo Geral

O estudo tem como objetivo geral verificar o conhecimento das IFES da região sul do Brasil sobre as Licitações Sustentáveis.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo proposto, os seguintes objetivos específicos são perseguidos ao longo do trabalho: (i) verificar a utilização de critérios sustentáveis nos processos licitatórios das IFES da região sul do Brasil; (ii) verificar a possibilidade da implantação das Licitações Sustentáveis nas IFES pesquisadas na opinião dos respondentes e (iii) detectar dificuldades para a implantação das Licitações Sustentáveis.

1.3 JUSTIFICATIVA

A relevância do estudo justifica-se, na medida em que contribuiu com dados, que permitam aos administradores públicos conhecer a importância e a aplicabilidade dos critérios sustentáveis nas licitações, assim esse conhecimento refletirá no crescimento do desenvolvimento sustentável no país.

Contribuirá também para incentivar o controle social da comunidade acadêmica, o qual “objetiva mobilizar a comunidade e a fazer interagir com a universidade no controle e no atendimento de suas demandas” (GAZZONI, 2010, p.11).

Em nível teórico, visa analisar os conceitos existentes sobre os assuntos encontrados em trabalhos de conclusão de curso (TCC), legislações, manuais fornecidos por entidades, livros, periódicos nacionais e internacionais, confrontando-os com a aplicabilidade nas IFES.

Em nível prático, esta análise contribuirá para que os administradores das IFES notem que é possível utilizar critérios sustentáveis sem ferir a livre concorrência entre os licitantes; para o meio acadêmico, visto que o assunto ainda está em desenvolvimento; e para as empresas privadas, pois poderão utilizar-se desse conhecimento para atuar com responsabilidade social no mercado.

Assim sendo, esta pesquisa objetiva demonstrar a importância das Licitações Sustentáveis nas IFES da região sul do Brasil, por meio das quais o administrador público poderá atender às demandas advindas de bens, serviços e execução, conservação e operação das obras públicas da IFES com sustentabilidade.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Entende-se necessário, ao elaborar-se um trabalho científico, conceituar os níveis do saber e também diferenciar o conceito de conhecimento científico dos outros tipos de conhecimentos.

Para IATROS¹ (2009 apud PLATT NETO, 2012, p. 23) existem três níveis básicos de saber, “os quais são classificados segundo o grau de elaboração para se aprender, estruturar e dar sentido ao que é produzido, são eles: dados, informação e conhecimento”.

A diferença entre dados e informação é que o primeiro registra os dados brutos do fenômeno estudado, sem nenhum tratamento; já a informação é o dado após um tratamento ou organização, que possui um uso e um significado. Conhecimento trata-se de um argumento, explicação ou interpretação acerca da informação.

¹ IATROS – Estatística e Pesquisa Científica para Profissionais de Saúde. **Dados, informação e conhecimento.** Disponível em: <<http://www.vademecum.com.br/iatros/Saber.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

Portanto, partindo da observação de um fenômeno ou objeto, coletam-se informações e chega-se ao conhecimento após tratamentos e interpretações. Segundo (LAKATOS, 2007) existem dois tipos de conhecimento: o científico e o popular. A diferença entre estes está na forma de como o conhecimento é transmitido; o conhecimento popular é transmitido pelas gerações, é o conhecimento comum, espontâneo que se encontra na sociedade; já o conhecimento científico é transmitido por meio de procedimentos científicos com o intuito de explicar a ocorrência de fenômenos.

Volta-se então para o conceito de ciência que “é a sistematização de conhecimentos, um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar” (LAKATOS, 2007, p. 23). Essa sistematização é alcançada por meio da utilização de um método que é “o caminho ou a maneira para se chegar a um determinado objetivo ou meta” e para chegar-se ao objetivo necessita-se de regramentos e instrumentos que são a metodologia de pesquisa (RICHARDSON, 1999, p. 22).

Quanto à metodologia, no que se refere aos objetivos, ela é de natureza descritiva (ANDRADE, 2005), pois nessa pesquisa o conhecimento das Licitações Sustentáveis nas Instituições Federais de Ensino Superior na região sul do Brasil é observada conforme as diretrizes encontradas na Instrução Normativa n. 01/2010, emitida pelo MPOG.

Em relação ao conhecimento das IFES sobre Licitações Sustentáveis, que caracteriza pelo melhor atendimento das suas necessidades, utilizando critérios sustentáveis e se preocupando com a sociedade, ele é desconhecido, caracterizando a lógica da pesquisa como indutiva (RICHARDSON, 1999).

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de um levantamento (*survey*), pois segundo Tripodi, Fellin e Meyer² (1981 apud BEUREN *et al*, 2006, p. 85) “pesquisas que procuram descrever com exatidão algumas características de populações designadas são tipicamente representadas por estudos de *survey*”, visto que esta pesquisa considera os dados coletados a partir da aplicação de um questionário nas Instituições Federais de Ensino Superior da região sul do Brasil.

² TRIPODI, Tony; FELLIN, Phillip; MEYER, Henry. **Análise da pesquisa social**. 2 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

A coleta de dados é feita por meio eletrônico e telefônico, visto a impossibilidade do aplicador em visitar todas as Instituições pessoalmente. Sendo assim, a coleta de dados deste trabalho é primária, pois se baseia em dados alcançados por meio das respostas recebidas por meio eletrônico e telefônico (RICHARDSON, 1999).

No que se refere à abordagem do problema a pesquisa é qualitativa, pois se procura descrever e compreender o conhecimento das IFES em relação às Licitações Sustentáveis, portanto não empregando um instrumento estatístico como base de análise do problema, sendo que não se pretende numerar ou medir unidades (RICHARDSON, 1999).

Utilizou-se o pré-teste, que segundo Richardson (1999, p. 202) “refere-se à aplicação prévia do questionário a um grupo que apresente as mesmas características da população incluída na pesquisa”. O pré-teste foi aplicado em uma das IFES da população a fim de testar o processo de coleta e tratamento dos dados. O pré-teste auxiliou na detecção de possíveis dificuldades que poderiam surgir durante a aplicação do questionário. Auxiliou também para testar o comportamento das variáveis, assegurando-se de que quando fosse aplicado o questionário as mesmas variassem, e que as perguntas estivessem dentro da “linguagem” da população.

O instrumento de coleta de dados foi o questionário, que conforme Gil (2007, p. 39), “é um método de coletar dados no campo, de interagir com o campo composto por uma série ordenada de questões a respeito de variáveis e situações que o pesquisador deseja investigar”.

O questionário é composto por 17 questões, sendo 6 abertas e 11 fechadas, que podem ser encontradas no apêndice A. Elaborado conforme Decretos federais, citados no referencial teórico, e conforme a Instrução Normativa n. 01/2010.

As questões 1, 2, 8, 11, 12, 17 são abertas, pois “caracterizam-se por perguntas ou afirmações que levam o entrevistado a responder com frases ou orações” (RICHARDSON, 1999, p. 192), nessas questões os respondentes utilizam suas próprias palavras para responder as perguntas.

As questões 3, 4, 5, 7, 9, 13, 14, 15 e 16 são questões fechadas do tipo respostas múltipla escolha e as questões 6 e 10 são fechadas do tipo dicotômica. As questões fechadas “apresentam categorias ou alternativas de respostas fixas e preestabelecidas”

(RICHARDSON, 1999, p. 191), nessas questões os respondentes apenas selecionam a alternativa que se enquadra dentro da sua opinião.

As questões fechadas do tipo respostas de múltipla escolha permitem ao respondente marcar uma ou mais alternativas, são ditas também como as questões “de assinalar”, já as do tipo dicotômicas permitem ao respondente selecionar uma dentre duas alternativas disponibilizadas, um exemplo seria selecionar a resposta sim ou não.

A população desta pesquisa foi selecionada no sítio eletrônico do Ministério da Educação, Sistema de Regulação de Ensino Superior (MEC), todas as Instituições Federais de Ensino Superior da região sul do Brasil, por acreditar que a região sul trata-se de uma região com alto índice de desenvolvimento em educação.

Obtiveram-se como população vinte e cinco Instituições, sendo seis no Rio Grande do Sul, três em Santa Catarina e dezesseis no Paraná, sendo 12 Instituições e 13 campi, conforme apresentado na tabela 1:

IFES	Amostra	População
Paraná	9	16
Santa Catarina	3	3
Rio Grande do Sul	4	6
Total	16	25

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 1 - Instituições Federais de Ensino Superior da Região Sul do país

Dentre a população pesquisada, a única instituição que concede autonomia aos seus campi é a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), as demais ou não possuem campi ou não concedem autonomia aos mesmos, então no parágrafo seguinte explica-se como a Universidade é constituída para maior entendimento da população.

A UTFPR é constituída por doze campi, localizados em: Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa e Toledo, todos no Estado-membro do Paraná. Um desses campi ainda está em construção e todos têm autonomia para realizar as licitações. A Universidade Federal do Paraná (UFPR), além dos campi em Curitiba, dispõe de outras instalações no interior e litoral do Estado membro. Somente o campus do litoral possui autonomia para realizar licitações (UFPR, 2011).

1.5 LIMITAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à delimitação do estudo, ressalta-se que foram selecionadas todas as IFES na região sul do Brasil, pesquisadas no sítio eletrônico do MEC, para fazer parte da pesquisa.

Assim, os resultados dos objetivos propostos compreendem o período analisado (agosto a dezembro de 2011), não podendo ser utilizados para outro espaço temporal e em outra região do país.

Os dados analisados são obtidos por meio do questionário, portanto entende-se que pode existir o risco destes não ser totalmente verídicos.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Essa pesquisa estrutura-se em quatro capítulos. Na primeira, de caráter introdutório, onde se busca abordar (i) contextualização sobre o tema de pesquisa; (ii) tema e problema da pesquisa; (iii) objetivo geral e objetivos específicos; (iv) a justificativa; e, (v) a metodologia da pesquisa e a sua delimitação.

A segunda seção apresenta o referencial teórico, onde serão fundamentados os assuntos que serão pesquisados. Destacam-se os assuntos acerca de licitação, fases e terminologias usuais no processo licitatório, Licitação Sustentável, legislação pertinente e critérios sustentáveis. Na terceira seção apresenta-se a análise dos resultados. Na quarta seção apresentam-se as conclusões e sugestões para futuros trabalhos e, por fim, elencam-se as referências utilizadas na pesquisa, seguidas dos apêndices e anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LICITAÇÃO

A licitação destina-se a garantir a observância ao princípio constitucional da isonomia. Ela consiste na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, e na promoção do desenvolvimento sustentável, bem como será processada e julgada em conformidade com os princípios previstos na Constituição Federal e dos correlatos a estes.

Segundo Silva (2009), a licitação antecede ao empenho da despesa e tem por objetivo verificar, entre várias empresas, quem oferece a proposta mais vantajosa ao setor estatal.

Cabe ressaltar que a nomenclatura utilizada por Silva (2009), “empresas”, refere-se a um termo genérico, visto que pode reportar-se a: Organizações não governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), autarquias, institutos, pessoas físicas, além de outras formas de entidades demandantes.

Para Cruz (1988, p.92), “a licitação é comumente conhecida como concorrência pública, e consiste na obrigatoriedade do Estado em consultar e dar chance àqueles que desejarem e preencherem os requisitos previstos no edital para se tornarem credores da Administração Pública”.

Nota-se que para Cruz (1988) quando se escreve “edital”, utiliza-se como um termo genérico, pois pode referir-se a: concurso, convite, edital, além dos outros meios convocatórios do processo licitatório.

Conforme o Tribunal de Contas da União (2006, p.16) licitação “é o procedimento administrativo em que a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em edital ou convite, empresas interessadas na apresentação de propostas para o fornecimento de bens, serviços e obras”.

Conforme a Lei n. 8.666/93 atualizada, dentre outras, pela Lei n. 12.349/2010, as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública deverão ser feitas por meio de licitação pública, ressalvadas as exceções previstas na lei.

2.1.1 Modalidades de licitação

Existem cinco modalidades de licitação previstas na Lei n. 8.666/93 que são: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão. Tais modalidades serão determinadas em função de limites para cada tipo de contratação previsto na Lei n. 8.666/93. Esses limites têm como ajustador e atualizador o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) para as três esferas do governo.

No art. 45 da lei referida acima são estabelecidos os tipos de licitação, exceto na modalidade concurso:

Menor Preço	O vencedor será o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;
Melhor Técnica	Será utilizado exclusivamente para serviços predominantemente de natureza intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos.
Melhor Técnica e Preço	Será utilizado para os mesmos serviços destinados ao tipo melhor técnica, ressalvado o disposto no §4º do art. 45 da mesma lei referida.
Maior Lance ou Oferta	É utilizado nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso.

Fonte: Adaptado da Lei n. 8.666/93.

Quadro 1 – Tipos de licitação

No referido artigo, frisa-se que não será admitido outro tipo de licitação não previstos no mesmo. No caso de empate entre as propostas, a classificação ocorrerá obrigatoriamente por sorteio em ato público, sendo que todos os licitantes serão convocados e é vedado qualquer outro processo. A seguir apresentam-se as modalidades de licitações.

2.1.1.1 Concorrência

Modalidade prevista no art. 22, § 1º, da Lei n. 8.666/93. Na concorrência podem participar quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu item.

Os limites para a modalidade concorrência são:

- a) Acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para obras e serviços de engenharia.
- b) Acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para compras e serviços não referidos acima.

2.1.1.2 Tomada de preços

Na tomada de preços os interessados devem estar cadastrados ou atender a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. Modalidade prevista no art. 22, § 2º, da Lei n. 8.666/93.

Os limites para a modalidade tomada de preços são:

- a) Até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para obras e serviços de engenharia.
- b) Até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para compras e serviços não referidos acima.

2.1.1.3 Convite

O convite ocorre entre interessados do ramo pertinente ao seu item, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas. Modalidade prevista no art. 22, § 3º, da Lei n. 8.666/93.

Os limites para a modalidade convite são:

- a) Até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para obras e serviços de engenharia.
- b) Até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para compras e serviços não referidos acima.

2.1.1.4 Concurso

O concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração

aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias. Modalidade prevista no art. 22, § 4º, da Lei n. 8.666/93.

2.1.1.5 Leilão

Segundo Milgrom e Weber³ (1982 apud ROCHA *et al*, 2011, p. 79) “os leilões aparecem na história da humanidade por volta do século V a.C.”.

O leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens, móveis inservíveis para a Administração, ou de bens legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis previstos no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação. Modalidade prevista no art. 22, § 5º, da Lei n. 8.666/93.

2.1.1.6 Pregão

Pregão segundo o art. 2º do Decreto n. 3.555/2000 é a “modalidade pela qual os interessados disputam pelo fornecimento de bens ou serviços comuns e feita em sessão pública, por meio de propostas escritas e lances verbais”. Pode ser presencial ou eletrônico. Destina-se exclusivamente à contratação de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado da contratação.

Bens e serviços comuns para fins desta legislação são “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital”.

Segundo Gasparini (2010), “pregão presencial é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais”.

O art. 5º do Decreto n. 3.555/2000 afirma que essa modalidade de licitação não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, bem como às locações

³ MILGROM, P.R.;WEBBER, R.J. A theory of auctions and competitive bidding. **Econométrica**, v.50, n.5, p. 1089-1122, 1982.

imobiliárias e alienações em geral, que serão regidas pela legislação geral da Administração.

O pregão é regulamentado pela Lei n. 10.520/2002. No âmbito federal, o presencial é regulamentado pelo Decreto n. 3.555/2000; o eletrônico, pelo Decreto n. 5.450/2005.

Segundo o art. 4º do Decreto n. 5.450/2005 nas licitações para aquisições de bens e serviços comuns, será preferencial a utilização de pregão eletrônico, salvo nos casos de comprovada a inviabilidade.

O processo do pregão está descrito no Decreto n. 3.555/2000 e é dividido em duas partes: a fase preparatória e a fase externa. Na fase preparatória a autoridade competente deve definir o objeto de forma precisa em um documento que deverá conter os detalhes a respeito do orçamento, especificando seus preços e o prazo de execução do contrato, justificar devidamente a necessidade da aquisição do mesmo, estabelecer critérios para a aceitação das propostas, dentre outras exigências.

Na fase externa, inicia-se a convocação dos interessados por meio da publicação de aviso, de acordo com os limites estabelecidos Decreto n. 3.555/2000, dentre eles estão o Diário Oficial da União, meio eletrônico na internet, site www.comprasnet.gov.br e jornal de grande circulação local.

2.2 FASES E TERMINOLOGIAS USUAIS NO PROCESSO LICITATÓRIO

O procedimento da licitação será iniciado com a abertura do processo administrativo, que consiste em um conjunto de documentos autuados, protocolados, numerados e devidamente arquivados em um local específico com todos os documentos referente ao procedimento. A seguir apresentam-se as fases da parte externa do processo licitatório.

2.2.1 Edital ou convite

O edital é a primeira fase do processo licitatório, é o meio pelo qual a organização noticia a abertura da licitação para conhecimento público. Para a modalidade convite, utiliza-se a nomenclatura carta-convite, edital para concorrência, tomada de preços, leilão, concurso e pregão.

Segundo Mello (2010, p. 579), edital “é o ato pelo qual são convocados os interessados e estabelecidas as condições que irão reger o certame”.

No art. 40 da Lei n. 8.666/93 encontram-se os requisitos que deve observar o edital, dentre eles estão: o objeto da licitação, o prazo e condições para assinatura do contrato, sanções para casos de inadimplência, local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico, condições para participação na licitação, critério de julgamento, condições de pagamento. A Administração não pode descumprir as normas e condições estabelecidas no edital.

2.2.2 Habilitação

Após o encerramento do prazo para recebimento dos envelopes com a documentação e proposta exigida no edital, tem início a fase de habilitação, que é a segunda fase do processo licitatório. Nesta fase ocorre a abertura dos envelopes para a análise dos licitantes, de acordo com as exigências definidas no edital.

Segundo Gasparini (2010, p.655), a habilitação “é o ato administrativo vinculado mediante o qual a comissão de licitação confirma no procedimento da licitação os licitantes aptos, nos termos do edital”.

Os documentos são examinados de acordo com a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico financeira, regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Encerrada essa fase, o licitante habilitado não pode desistir da proposta apresentada, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

2.2.3 Julgamento

O julgamento das propostas ocorre quando a Administração classifica as propostas pela ordem de preferência, segundo os critérios estipulados no edital, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos na Lei n. 8.666/93. O julgamento das propostas deverá ser realizado em conformidade com os tipos de licitações previstos na lei referida anteriormente.

Nessa fase, classificam-se as propostas em duas: classificadas e as desclassificadas, onde as classificadas são as propostas que cumprem os termos e condições do edital ou carta convite e as desclassificadas são as propostas que estão fora dos termos e condições do edital ou carta convite (GASPARINI, 2010).

Caso todas as propostas sejam desclassificadas ou os licitantes sejam inabilitados, a Administração poderá fixar um prazo de oito ou três dias para que os autores apresentem novas documentações ou outras propostas.

2.2.4 Homologação e adjudicação

Concluída a fase de julgamento e ordenamento das propostas, segundo os critérios do edital, começa o processo de homologação. Esse ato final, de acordo com o art. 43 da Lei n. 8.666/93, é a deliberação da autoridade quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.

Segundo Pietro (2007), a homologação equivale à aprovação do procedimento; precede ao exame dos atos que o integraram pela autoridade competente. Se o procedimento estiver em ordem, ela o homologará.

A adjudicação vem após a homologação, que é o ato pelo qual a Administração convoca o vencedor do processo licitatório para atribuir o objeto (PIETRO, 2007).

Feita a adjudicação, o contrato poderá então ser assinado pelas partes, o qual deve ser feito no prazo de 60 dias da data de entrega das propostas.

2.3 LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

A Licitação Sustentável é uma ferramenta para integrar critérios sustentáveis nos processos de compra e contratação da Administração Pública, visando reduzir impactos socioambientais.

A contratação pública sustentável, também definida como licitação sustentável segundo Oliveira (2008, p.56), “é um instrumento de gestão ambiental utilizado pela Administração Pública para inserção de critérios ambientais e sociais em todos os estágios de seu processo de compras e contratações”.

Portanto, Licitações Sustentáveis não são uma nova modalidade de licitação, mas sim uma maneira do governo licitar seus bens, serviços e obras de forma sustentável reeducando, assim, a sociedade para um novo estilo de vida.

Nesse sentido, tem-se a definição dada pela Força-Tarefa do Reino Unido ⁴(2006 apud KJÖLLERSTRÖM, 2008, p.01, tradução nossa):

Licitação Sustentável é um processo pelo qual as organizações buscam atender suas necessidades de bens, serviços e obras. De forma que o valor gasto, em termos de geração de benefícios, é acrescentado não apenas para a organização, mas também para a sociedade e a economia, minimizando ao mesmo tempo os danos ao meio ambiente.

Para Europa (2012, p. 1, tradução nossa) Licitações Sustentáveis significam: “Que as autoridades públicas devem procurar atingir o equilíbrio adequado entre os três pilares do desenvolvimento sustentável – econômico, social e ambiental - quando da aquisição de bens, serviços ou obras em todas as fases do processo licitatório”.

Ressalta-se que neste trabalho utiliza-se o conceito de bens, serviços e obras, utilizados na Lei n. 8.666/93 e dos autores citados no texto.

Conforme Biderman *et al* (2006), a Licitação Sustentável é uma solução para aglutinar questões ambientais e sociais no processo de compra (do governo) com o objetivo de reduzir impactos às relações sócio ambientais humanas.

Deve-se notar que as Licitações Sustentáveis trazem os critérios de seleção de bens, serviços e obras que minimizam os impactos ambientais envolvidos na sua produção. Requer das empresas licitantes a preocupação com o ciclo de vida dos bens que estão produzindo, desde a criação até o correto descarte dos resíduos finais. Mas, além de tudo isso, a Licitação Sustentável deve se preocupar com questões sociais, o bem, serviço ou obra, não deve somente agregar valores às empresas, mas também beneficiar a sociedade.

Para fins deste trabalho, utilizou-se o seguinte conceito de impacto ambiental: as alterações que ocorrem no meio ambiente, decorrente de ações ou atividades humanas. Um exemplo que pode ser citado é o correto uso de copos e sacolas plásticas utilizados na

⁴ UK Sustainable Procurement Task Force, **Procuring the Future — Sustainable Procurement National Action Plan**: recommendations from the Sustainable Procurement Task Force, 2006. Disponível em: <<http://www.sustainable-development.gov.uk/publications/procurement-action-plan/documents/full-document.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2011.

administração das IFES. O descarte incorreto desses materiais polui os oceanos, solo e ar, pois permanecem no meio ambiente por um período superior a 100 anos (FABRO, 2007). Elas são biodegradáveis, portanto impedem a passagem de água e oxigênio, sem contar os gases liberados quando o plástico se degrada.

Nos conceitos vistos acima, cabe-se analisar que os autores frisam o uso das Licitações Sustentáveis em todos os estágios da compra, portanto, desde a definição do seu objeto até o momento em que se adjudica o processo e o objeto começa a ser utilizado, e por fim descartado pela Administração Pública. Entende-se que a etapa da utilização e descarte deve ser feito de acordo com os critérios sócio ambientais que serão explicados em uma seção específica, onde estes critérios constam na Instrução Normativa n. 01, de 2010, emitida pelo MPOG.

O conceito apresentado por Oliveira (2008) trata Licitação Sustentável como um instrumento de gestão ambiental, já Biderman *et al* (2006) trata como sendo uma solução. Os dois autores comentam sobre critérios sócio ambientais, que é o ápice dentro do conceito, pois sendo uma ferramenta, instrumento ou solução, o objetivo é o mesmo, agregar os critérios sócio ambientais no processo licitatório.

Portanto, questiona-se a Administração Pública sobre as medidas tomadas para cumprir suas obrigações previstas na legislação, não apenas referente ao apoio, crescimento econômico e na garantia de direitos constitucionais, mas também no desafio de incorporar a sustentabilidade e a preservação ambiental nas suas compras.

Segundo Biderman *et al* (2006, p.21), existem alguns itens que fundamentam o conceito de licitações sustentáveis:

a) **Mudanças no padrão de consumo:** os consumidores têm uma grande influência na economia. A partir da mudança do padrão de consumo e na exigência de bens que proporcionem melhor qualidade de vida e menores danos ambientais, os fornecedores terão de alterar sua cultura de produção tradicional para a cultura sustentável.

b) **Evitando o desperdício:** a maneira mais eficaz de evitar danos ambientais causados pelo consumo excessivo é limitar-se ao atendimento das necessidades sem desperdícios.

c) **Utilizando os bens de forma consciente:** existem bens que são indispensáveis. Então a melhor solução é comprar os bens que causem um menor impacto ao meio ambiente e utilizando-os com eficiência e economicidade.

d) **Analisando o ciclo de vida (produção, distribuição, uso e disposição):** Ao efetuar a compra de um bem é preciso ter uma visão geral do ciclo de vida do mesmo, a fim de diminuir o impacto sobre o meio ambiente.

Os consumidores quando realizam a compra de seus bens, frequente preferem os que possuem menor preço. A partir da exigência dos que sejam produzidos com menores impactos ambientais, as empresas terão que produzir bens mais sustentáveis e a competição não será somente para oferecer bens com menor preço, mas também com sustentabilidade.

Muitos bens poderiam ser consumidos em menor quantidade ou mesmo nem comprados, como por exemplo produtos de limpeza. Em sua composição encontram-se diversas substâncias químicas, que além de fazer mal a pessoa que o manuseará durante a sua produção, seus descartes muitas vezes vão direto para os oceanos.

Em outros casos, alguns bens podem ser utilizados várias vezes para outros fins, como por exemplo, as garrafas pet, que com um pouco de criatividade podem ser transformadas em utilidades domésticas, evitando o consumo de bens industrializados.

Quando da compra de um bem, o consumidor deve buscar mensurar os custos do mesmo, tanto econômicos quanto sócio ambientais, para então decidir qual comprar. Determinadas empresas utilizam-se de mão de obra barata para obter ganhos, outras não se preocupam com o correto descarte dos resíduos, prejudicando a sociedade e o meio ambiente que está no entorno da empresa.

Essa ferramenta tem o objetivo principal de atender as necessidades dos consumidores, oferecendo principalmente benefícios para o meio ambiente e para a sociedade. São também conhecidas como “compras públicas sustentáveis, eco-aquisições, compras ambientalmente amigáveis, consumo responsável e licitação positiva” (DALAPÉ 2008, p. 20).

2.3.1 Licitação Sustentável x licitação verde

Existe outro termo utilizado para se referir as Licitações Sustentáveis, que é Licitações Verdes. Segundo Oliveira (2008), a adoção do termo “sustentável” implica o

apoio das autoridades públicas no seu processo licitatório, não somente aos critérios ambientais como sugerido na utilização do termo “verde”, mas também a parte social, apoiando consequentemente os três pilares da sustentabilidade, ou seja, nos critérios ambientais, econômicos e sociais.

Para Europa (2012, p.1, tradução nossa) Licitações Verdes significam:

“Que as autoridades públicas procurem adquirir bens, serviços e obras com impacto ambiental reduzido durante todo seu ciclo de vida ao em vez de bens, serviços e obras com a mesma função primária que seriam adquiridos”.

A definição de Bouwer *et al*⁵ (2005 apud MICHELSEN, 2009, p. 1, tradução nossa) diz o seguinte sobre Licitações Verdes:

Abordagem pela qual as autoridades públicas integram critérios ambientais em todas as fases do seu processo de compras, estimulando a difusão de tecnologias ambientais e o desenvolvimento de bens, serviços e obras ambientalmente saudáveis, buscando e escolhendo soluções que tenham o menor impacto ambiental possível sobre o meio ambiente durante todo seu ciclo de vida.

Conforme visto nos conceitos acima, Licitações Verdes abordam a adoção de critérios ambientais nos processos licitatórios, já Licitações Sustentáveis abordam a adoção tanto de critérios ambientais quanto sociais. Com Licitações Verdes os critérios tornam-se limitados, com as Licitações Sustentáveis os critérios abordados tornam-se amplos, aborda-se também a relação da sociedade com o meio ambiente, para que se utilizem os recursos naturais de forma a preocupar-se com as futuras gerações e a preservação do meio ambiente.

2.3.2 Licitação Sustentável na esfera global

O conceito de Licitações Sustentáveis em nível global começou com a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, em 2002, onde no plano de Implementação de Johannesburgo, capítulo III, encontra-se o tópico “Mudando padrões

⁵ Bouwer, M., de Jong, K., Jonk, M., Berman, T., Bersani, R., Lusser, H., Nissinen, A., Parikka, K., Szupping, P. Green Public Procurement in Europe 2005 – Status Overview. Virage Milieu & Management bv, Haarlem, The Netherlands. 2005. Disponível em: http://ec.europa.eu/environment/gpp/pdf/Stateofplaysurvey2005_en.pdf.

insustentáveis de consumo e produção”, que incentivava as autoridades em “... promover políticas de licitação pública que incentivassem o desenvolvimento e a difusão de bens, serviços e obras ambientais saudáveis” (BIDERMAN *et al.*, 2006).

Segundo IGPNI; GPNI, (2012, tradução nossa) a Alemanha comprometeu-se a estruturar a atividade de licitações públicas verdes na década de 1980, seguido por outros países europeus como a Dinamarca (1994), França (1995), Reino Unido, Áustria (1997) e Suécia (1998). A Agência de proteção ambiental dos EUA (EPA) desenvolveu um Guia para compras ambientalmente preferíveis, enquanto o Japão promulgou a Lei de Compras Verdes em maio de 2000 para promover a política nacional das licitações públicas verdes. A lei exige que todos os órgãos governamentais, incluindo os governos locais, para a prática de compras verdes a enviar um relatório resumindo os registros para a sociedade.

Destaca-se que além dos países citados anteriormente, existem outros que estão sendo influenciados por essas práticas de compras públicas sustentáveis, inclusive o Brasil, como se pode confirmar pelo quadro 2:

País	Práticas de Licitações Sustentáveis e/ou verdes
Coréia do Sul	Um dos primeiros países a aprovar uma lei federal de Licitações Sustentáveis; Desenvolveu um sistema governamental de certificação ambiental e selos verdes para identificar bens, serviços e obras sustentáveis.
Inglaterra e País de Gales	Os governos já realizam licitação sustentável há mais de uma década. Há um programa intenso de treinamento dos funcionários que atuam na área da licitação pública.
Japão	Programa IGPNI - <i>International Green Purchasing Network</i> (Rede Internacional de Compras Verdes) - Governos e indústrias criaram conjuntamente uma organização privada que organiza iniciativas de consumo sustentável. O sistema japonês de compras sustentáveis é o mais completo e dinâmico em uso no mundo, utilizado hoje em dia por mais de 2.800 entidades públicas e privadas para promoção de suas compras sustentáveis.
Suíça	Possui um sistema em funcionamento e lei em vigor.
União Europeia	A licitação europeia é regulamentada pelas diretivas, as quais contemplam uma série de critérios ambientais.
Suécia	O programa de licitação sustentável foi criado em 2001 e criou uma empresa composta por entidades públicas e empresas públicas e privadas, que define prioridades de ação para compras sustentáveis. Esta empresa realiza estudos científicos de ciclo de vida e análises econômicas, para a construção de critérios e indicadores de sustentabilidade de bens, serviços e obras.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2008, p. 73).

Quadro 2 – Práticas de Licitações Sustentáveis no mundo (início)

México	Faz parte de um grupo de compras públicas verdes criado no âmbito do acordo de livre comércio do NAFTA e tem um programa de gestão ambiental pública implementado. A lei de licitação do México incluiu princípios de licitação sustentável, exigindo eficiência energética e econômica ao uso de água nos contratos e aquisições do governo.
Estados Unidos	<i>Executive order number 13.423</i> de 24/01/2007 (<i>Strengthening Federal Environmental, Energy, and Transportation Management</i>) na Administração de George W. Bush. Verifica-se também o Programa Energy Star, entre outros. O EPA (<i>Environmental Protection Agency</i>) disponibiliza uma série de guias e ferramentas para as aquisições verdes por meio do domínio eletrônico EPP (<i>Environmentally Preferable Purchasing</i>) e discrimina bens, serviços e obras verdes, e demais informações aos fornecedores. O Estado-membro de Nova York fornece incentivos fiscais para o uso de equipamentos eficientes sob o ponto de vista ambiental e energético.
Brasil	Dentre as práticas destacam-se aqui as federais: Decretos n. 99.658/90, 2.783/98, 4.059/2001, 4.131/2002, 5.040/2006, 6.204/2007 entre outros; Agenda Ambiental na Administração Pública A3P; Instrução Normativa n. 01/2010. Dentre as práticas estaduais, nota-se a preocupação dos seguintes Estados-membros: Acre, Mato Grosso, Amazonas, Rio de Janeiro e São Paulo. Dentre as práticas municipais, nota-se a preocupação dos Municípios do Rio de Janeiro e São Paulo.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2008, p. 73).

Quadro 2 – Práticas de Licitações Sustentáveis no mundo (término)

Observa-se que a prática das Licitações Sustentáveis com a conscientização, tanto dos países desenvolvidos, quanto em desenvolvimento, vem crescendo por todo o mundo. A proteção e conservação do meio ambiente deve ser uma preocupação mundial, já que qualquer alteração no meio ambiente em qualquer canto do planeta altera a vida da humanidade.

As práticas de Licitações Sustentáveis como ferramenta de gestão ambiental, incentiva a melhoria dos padrões de sustentabilidade, ampliando-se as ofertas de vendas de bens verdes no mercado com um ciclo de vida maior, contribuindo para que os resíduos sólidos sejam reduzidos no meio ambiente, a qualidade de vida da sociedade melhore, as empresas locais sejam beneficiadas, trazendo recursos para a economia local, entre outros aspectos sócio ambientais.

2.4 LEGISLAÇÃO PERTINENTE

No âmbito de regulamentação do desenvolvimento sustentável no setor público existem Decretos que detalham os critérios a serem seguidos. Os Decretos federais julgados

pertinentes ao assunto são: Decreto n. 99.658/1990, Decreto n. 2.783/1998, Decreto n. 4.059/2001, Decreto n. 4.131/2002, Decreto n. 5.940/2006 e Decreto Federal n. 6.204/2007.

Dentre as especificidades de cada Decreto ressaltam-se os pontos entendidos como importantes pelo autor neste trabalho de cada um no quadro 3:

Decretos	Conteúdo
Decreto n. 99.658/1990	Reaproveitamento, movimentação de material classificado como ocioso ou recuperável que será cedido a outros órgãos que dele necessitem.
Decreto n. 2.783/1998	Proíbe aquisição de bens que contenham substâncias que destroem a camada de ozônio - SDCO.
Decreto n. 4.059/2001	Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.
Decreto n. 4.131/2002	Medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica.
Decreto n. 5.940/2006	Separação dos resíduos recicláveis descartados e a sua correta destinação.
Decreto n. 6.204/2007	Tratamento favorecido, para as microempresas, nas contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal.

Fonte: Elaborado pelos autores

Quadro 3 – Decretos Federais

O parágrafo único do art. 1º do Decreto n. 6.204/2007 exhibe que além dos órgãos da Administração Pública federal direta, as autarquias também estão subordinadas a este Decreto; portanto as IFES devem dar tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando dentre outros, a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

A redação do Decreto n. 99.658/1990, mostra as diretrizes sobre a movimentação de material ocioso, portanto, as ações realizadas de acordo com este Decreto podem evitar desperdício e consumo em excesso pelo setor estatal, já que materiais que não serão mais utilizados por um órgão ou entidade poderão ser reutilizados por outro órgão ou entidade.

Em 19 de janeiro de 2010 foi criada a Instrução Normativa n. 01/2010 pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Em suas disposições gerais expõe as especificações para aquisição de bens, contratação de serviços e obras deverão conter critérios de sustentabilidade, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos bens e matérias-primas, sem frustrar a competitividade.

A referida instrução foi instituída para orientar o gestor no uso do poder de decisão. Ele deve, portanto, levar em consideração as normas e diretrizes ambientais para efetuar as compras, mesmo que elas não sejam exibidas claramente na legislação.

No art. 4º §1º, da instrução acima, é afirmado que deve ser priorizado o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para execução, conservação e operação de obras públicas.

Visto, então, a importância dessa instrução, não somente por conter critérios sustentáveis, mas também por considerar importante o fomento das empresas locais para crescimento da economia.

Depois de demonstradas as legislações nesta seção, a seguir procura-se discutir os critérios exibidos na Instrução Normativa n. 01/2010, referente aos critérios sustentáveis que podem ser aplicados durante o processo licitatório realizado nas IFES.

2.5 CRITÉRIOS SUSTENTÁVEIS

Segundo Oliveira (2003, p. 69), “as adequações na licitação, com inclusão de critérios ambientais, constituem um processo fundamental para se alcançar a ecoeficiência”.

A Instrução Normativa n. 01/2010 cita os critérios de sustentabilidade que devem ser aplicados aos bens e serviços sustentáveis.

Deve-se ressaltar que estes critérios deverão observar os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos bens e matérias primas para serem aplicados de forma correta nas licitações.

Serviços Sustentáveis
Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações;
Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada;
Observe a resolução CONAMA n. 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
Realize um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos;
Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;
Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis;

Fonte: Adaptado da Instrução Normativa n. 01/2010

Quadro 4 – Serviços Sustentáveis

Analisando os critérios sustentáveis do quadro 4 nota-se que estes estão interligados entre si, são atitudes que devem ser exigidas nos editais realizados pelas IFES para as empresas que pretendem tornar-se credoras da Administração Pública. Essas atitudes visam conectar e equilibrar as ações dos seres humanos com o meio ambiente.

Quando da realização de um programa interno de treinamento aos empregados sobre como reduzir o consumo de energia elétrica, consumo adequado de água e redução da produção de dejetos, a instituição está produzindo um benefício triplo, pois ao mesmo tempo em que ela se beneficia com a redução de custos, esse empregado quando voltar-se para a sua vida pessoal também irá utilizar esse treinamento, dando início a uma propagação da conscientização sócio ambiental e por fim beneficiando o meio ambiente.

Opina-se que, como exemplo, a separação dos resíduos recicláveis e a correta destinação as associações e cooperativas dos catadores de materiais reciclados feita pelas IFES, isso reduzirá a produção de resíduos sólidos e aumentará o reaproveitamento dos materiais.

Bens Sustentáveis
Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável;
Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como bens sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis;
Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (<i>Restriction of Certain Hazardous Substances</i>), tais como mercúrio (Hg).

Fonte: Adaptado da Instrução Normativa n. 01/2010

Quadro 5 – Bens Sustentáveis

O quadro 5 ilustra as características de bens sustentáveis. Produzindo os bens utilizando materiais reciclados, as empresas estarão evitando desperdício de matérias-primas e também reduzindo gastos na produção, pois estarão reaproveitando materiais que seriam descartados.

A descrição nos editais de que os bens não conterão substâncias perigosas ou tóxicas, poderá reduzir o nível de produção dessas substâncias, favorecendo a comunidade local em relação à qualidade de vida dessas pessoas.

A seguir listam-se alguns exemplos de situações que deveriam ser atendidas pela Administração Pública em conformidade com seu compromisso com o meio ambiente, utilizando os critérios apresentados anteriormente (GOMES, 2006, p. 01):

- a) Compra de bens decorrentes de reciclagem, que, a um só tempo, minimizam a utilização dos recursos naturais e também retardam a necessidade de cuidar da destinação final dos resíduos sólidos.
- b) Proibição ou diminuição da aquisição de bens cuja produção ou utilização ensejem resíduos danosos ao meio ambiente, como os gases CFC's.
- c) Exigência que os contratados para a execução de serviços ou obras utilizem bens menos lesivos ao meio ambiente.
- d) Limitações ou exigências especiais à compra ou utilização de recursos naturais esgotáveis, cuja reposição seja difícil ou demorada, como no caso dos produtos madeireiros, sobretudo das espécies ameaçadas de extinção.
- e) Adequação da iluminação pública a padrões mais eficientes e que onerem menos os recursos naturais utilizados na geração de energia.

Opina-se que caso esses critérios descritos nos quadros 4 e 5 sejam exigidos nos processos licitatórios, as Instituições como autarquias estarão induzindo esse tipo de ações nas empresas, favorecendo a sociedade e o desenvolvimento sustentável.

Os administradores públicos devem ater-se às alternativas que são onerosas do ponto de vista ambiental e, em torno delas que as licitações devem acontecer.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo tem o objetivo de apresentar os resultados do desenvolvimento da pesquisa e as análises relacionadas ao conhecimento das Licitações Sustentáveis no processo licitatório das IFES.

O pré-teste foi realizado em uma das IFES da população, aplicando-se o questionário com questões abertas, para que as respostas fossem analisadas e verificadas. Com as respostas, notou-se que algumas perguntas não estavam na linguagem da população. Portanto, para evitar possíveis desentendimentos pelos respondentes, as mesmas foram reescritas. Após isso, iniciou-se a aplicação do questionário no restante da população.

Na primeira parte, elaborou-se 3 questões objetivando conhecer os respondentes para melhor analisar os resultados, questionando-se a respeito de sua função dentro da instituição, formação acadêmica e instituição onde trabalha.

Na segunda parte, busca-se verificar a utilização de critérios sustentáveis nos processos licitatórios das IFES da região sul do Brasil por meio de 11 questões sobre licitações, quais empresas são priorizadas, os bens ou serviços mais licitados, análise de critérios sustentáveis e características de bens sustentáveis.

Na terceira parte, verifica-se a possibilidade da implantação das Licitações Sustentáveis nas IFES pesquisadas, por meio de uma questão, verificando a opinião dos respondentes sobre essa possibilidade de implantação em cada instituição pesquisada.

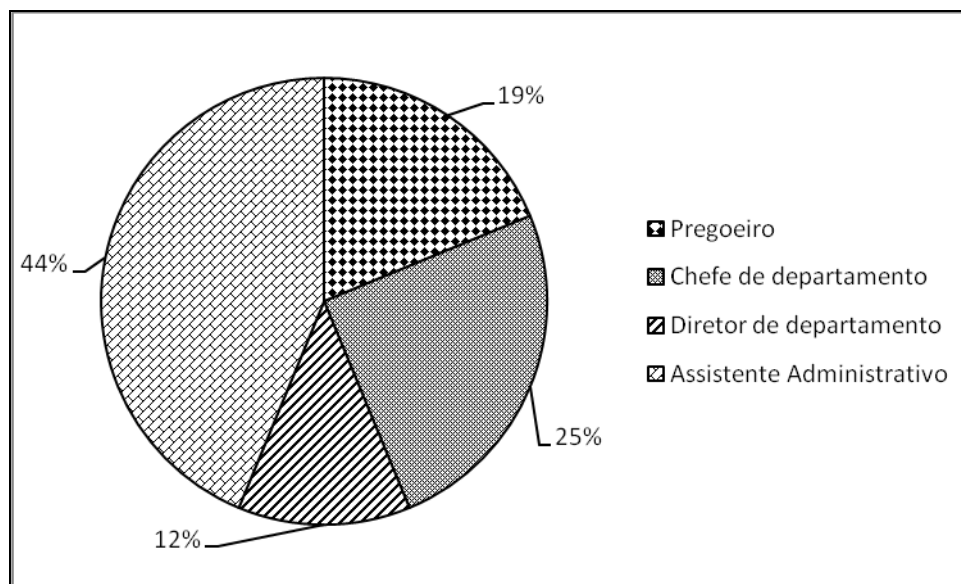
Na quarta parte, busca-se detectar as possíveis dificuldades para a implantação das Licitações Sustentáveis por meio de uma questão, solicitando-se que o respondente selecione uma ou mais alternativas de acordo com as situações encontradas.

3.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Para que a pesquisa fosse concretizada, notou-se a necessidade de colocar a questão referente à qual instituição pertencia o respondente, para que fosse possível identificar qual instituição já havia respondido ao questionário. Essa questão não será analisada, já que era

somente para controle de quantas e quais instituições haviam respondido, e também foi assegurado aos respondentes que essa informação não seria divulgada.

De acordo com o gráfico 1, nota-se quais foram as funções mais frequentes dos respondentes:



Fonte: Dados da Pesquisa

Gráfico 1 – Funções dos respondentes

Observa-se, pelos dados do Gráfico 1, que a maioria dos respondentes são assistentes administrativos. Encontrou-se dificuldade em falar com os diretores e chefes de setor, devido ao volume de atividades e responsabilidades que os mesmos possuem.

Os assistentes administrativos que responderam ao questionário têm atividades pertinentes como: receber as solicitações das áreas para compras e serviços; elaborar os processos de licitações; e repassar para os seus superiores. Portanto as respostas dos mesmos demonstram a realidade dos processos licitatórios dentro das instituições.

A partir da análise dos dados coletados, pode-se observar que, do total de 16 entrevistados, 69% possuem Pós-graduação, 25% possuem Ensino Superior e 6% possuem Nível médio, como apresentado na Tabela 2.

Estado Formação	Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul	
	Amostra	%	Amostra	%	Amostra	%
Ensino Fundamental	0	0	0	0	0	0
Ensino Médio	0	0	1	33	0	0
Ensino Superior	3	33	0	0	1	25
Pós-graduação	6	67	2	67	3	75
Total	9	100	3	100	4	100

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 2 – Formação acadêmica

Apesar do foco do estudo ser sobre Licitações Sustentáveis, entende-se relevante identificar o nível de formação dos respondentes para melhor análise dos resultados.

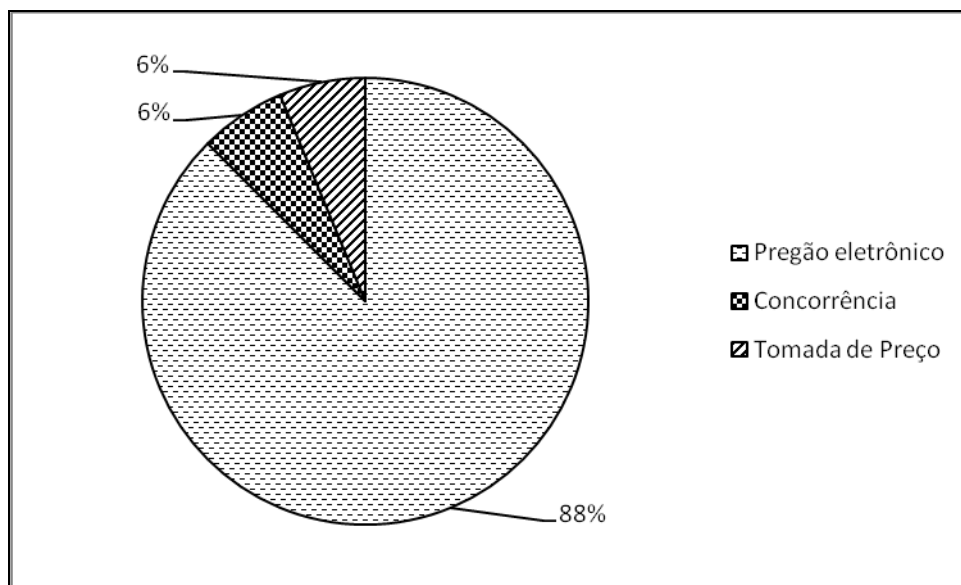
Vê-se que a maioria dos respondentes possui nível de pós-graduação, o que é imprescindível para a função desempenhada por esses profissionais dentro das instituições, porquanto o ensino superior fornece uma formação genérica da profissão e a pós-graduação torna o profissional especialista.

3.2 UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIOS SUSTENTÁVEIS NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

Como Licitações Sustentáveis não são uma nova modalidade de licitação, e sim uma maneira de licitar de forma sustentável, verificou-se a necessidade de questões referentes a licitações. A primeira referiu-se a modalidade de licitação mais utilizada pela instituição.

A pesquisa apontou que aproximadamente 88% das instituições pesquisadas realizam seus processos licitatórios por pregão eletrônico, 6% por meio de concorrência e 6% por tomada de preço.

A utilização do pregão eletrônico torna os bens sustentáveis mais competitivos, pois a realização do processo licitatório, utilizando o pregão eletrônico, ocorre por meio da internet. Além disso, possibilita a participação de empresas do país todo, de forma mais ágil, evitando também custos para as empresas participantes (deslocamento de representantes, diárias, etc.), outro benefício é a não emissão de gases do efeito estufa, que seriam gerados por tal deslocamento e pelos procedimentos a serem adotados.



Fonte: Dados da Pesquisa

Gráfico 2 – Modalidades de licitações

Segundo o art. 4º do Decreto n. 5.450/2005, nas licitações para aquisições de bens e serviços comuns será preferencial a utilização de pregão eletrônico, salvo nos casos de comprovada a inviabilidade.

O Gráfico 2, destaca coerência com o referido Decreto, visto que a maior parte das IFES pesquisadas adotam o pregão eletrônico.

Outra variável questionada refere-se ao tipo de licitação mais utilizada, que conforme a Lei n. 8.666/93 são quatro: menor preço, melhor técnica, a de técnica e preço e a de maior lance ou oferta. Os tipos de licitações melhor técnica ou técnica e preço são utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, e o de maior lance ou oferta é utilizado nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso.

Os dados coletados mostram que 100% da amostra utilizam o critério de menor preço para julgar as propostas nas licitações, observa-se, neste caso, que as instituições estão utilizando o tipo correto de licitação nos processos licitatórios.

Após apresentado os aspectos referentes às formas e modalidades de licitação, buscou-se explorar a questão dos critérios sustentáveis no processo licitatório. O primeiro deles é a priorização das empresas locais nos processos de licitação que, conforme dados

coletados, 88% responderam que não priorizam as empresas locais e apenas 12% responderam que priorizam.

Ao tratar de sustentabilidade, deve-se considerar que os arranjos locais são responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social da região e que, portanto, pensar em sustentabilidade significa pensar no aspecto macro, ou seja na sustentabilidade global, a partir dos aspectos micros, isto é, a partir das ações e do desenvolvimento sustentável local e regional.

Assim, com base nas respostas obtidas por esse questionamento, indagou-se o porquê de não se priorizar as empresas locais. Das instituições que responderam que não priorizam empresas locais, as justificativas predominantes foram que caso as empresas locais fossem priorizadas, as instituições estariam ferindo o art. 3º, da Lei n. 8.666/93, do princípio da igualdade, ou que critérios como o de menor preço e a utilização do pregão eletrônico não permitem esse procedimento.

Entretanto cabe ressaltar que a Instrução Normativa n. 01/2010, art. 4º § 1º, destaca que deve ser priorizado o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para execução, conservação e operação de obras públicas.

Outra legislação que trata sobre este assunto é o Decreto federal n. 6.204/2007, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal, objetivando, dentre outros, a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

Por outro lado, os 12% que responderam que priorizam as empresas locais, especificaram que as empresas priorizadas fornecem matéria-prima e serviços. Provavelmente, pela razão de que empresas locais podem entregar itens e realizar serviços de forma mais ágil para as instituições do que as outras empresas.

Visto isso, a intenção foi realizar uma abordagem sobre quais os bens ou serviços mais licitados, em quantidade, nos últimos três anos. As alternativas escolhidas para o questionário foram reduzidas, devido à dificuldade encontrada no pré-teste pelo respondente, já que as instituições licitam inúmeros bens ou serviços no decorrer do ano. O objetivo desta questão foi servir de suporte para a próxima.

Bens e serviços	%
Serviços e materiais necessários para o funcionamento da IFES.	88
Obras/ Reformas	69
Equipamentos de Informática	63
Outros	25

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 3 – Itens mais licitados em quantidade nos últimos 3 anos

Nota-se que 25% dos respondentes utilizaram a opção outros para acrescentar itens que deixaram de ser citados, como: mobiliário e equipamentos laboratoriais.

Os dados comprovam que a maior parte dos serviços e materiais licitados são os necessários para o funcionamento da IFES, como materiais de limpeza, materiais administrativos, serviços de vigilância, copeiras, entre outros.

A informação de que as obras e reformas são um dos itens mais licitados nos últimos três anos evidencia a preocupação das IFES em melhor atender a comunidade acadêmica. Evidência também, que o governo federal vem destinando recursos à educação superior na região sul do Brasil.

Uma das causas do aumento na destinação dos recursos por parte do governo federal, é devido à criação do Decreto n. 6.096 em 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. O objetivo desse programa é criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais. No art. 3º do referido Decreto, é atribuída a responsabilidade de destinar recursos financeiros às Universidades Federais ao Ministério da Educação, para que o projeto seja realizado (MEC, 2012).

A aquisição de equipamentos de informática em segundo lugar, comprova a atualização constante imposta à sociedade, por conseguinte a alta velocidade de aprimoramento da tecnologia nos últimos anos. Aqui cabe também o projeto REUNI, já que os equipamentos de informática são ferramentas utilizadas pela comunidade acadêmica na produção científica, portanto, aumentando a produção acadêmica dos pesquisadores, tornando-os melhor qualificados.

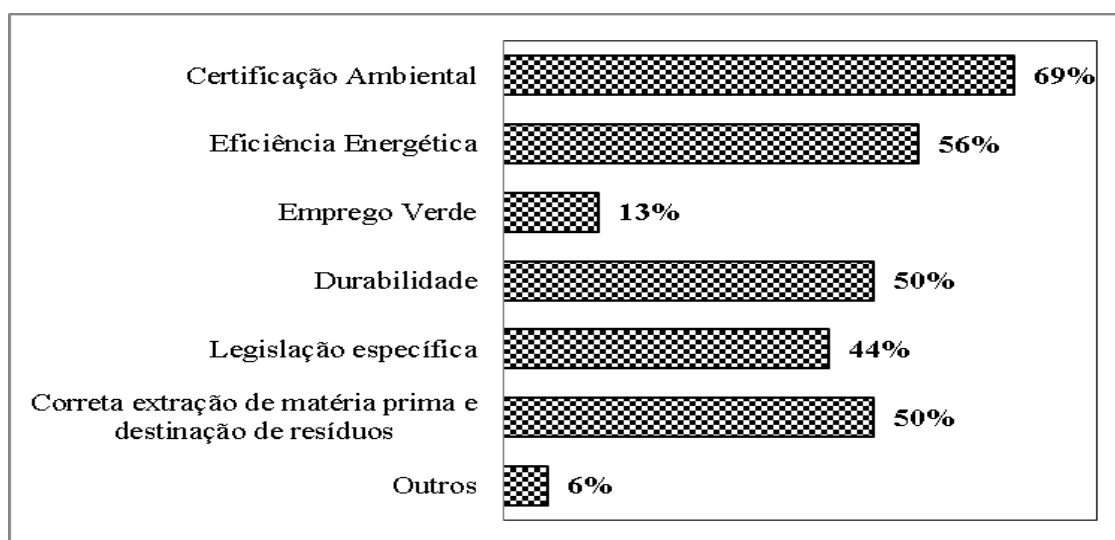
A seguir questionou-se aos respondentes a ocorrência de análise de critérios sustentáveis nos bens selecionados na questão anterior. Chegou-se ao resultado de que 56% dos respondentes utilizam critérios de sustentabilidade para aquisição de bens, contra 44% que não utilizam.

Os que responderam que não utilizam critérios sustentáveis na aquisição de bens, informaram que estão discutindo e implantando a análise dos critérios sustentáveis. Os que responderam que utilizam critérios sustentáveis na aquisição de bens, informaram não fazer nada além do que é previsto em lei. Clarifica-se aqui o fiel cumprimento do princípio da legalidade, enquanto o cidadão comum pode fazer tudo o que a lei não proíbe o agente público somente pode fazer aquilo que a lei expressamente autoriza.

Esse percentual, apesar de ser relevante, ainda é baixo comparado com as consequências ambientais que podem ocorrer caso ele não aumente nos próximos anos.

No caso de materiais necessários para o funcionamento da IFES, pode-se citar como exemplo a utilização de copos plásticos. Esse item possui a vantagem de não necessitar de limpeza, entretanto, aumenta a geração de resíduos sólidos. Sendo um material que existe há apenas um século, ainda não se sabe precisamente quanto tempo demora o processo de decomposição deste material, mas sabe-se que é superior a 100 anos (FABRO, 2007).

Diante disso, questionou-se então o conhecimento dos respondentes a respeito das características mais relevantes que um bem sustentável deve ter.



Fonte: Dados da Pesquisa

Gráfico 3 – Características relevantes de bens sustentáveis

Os dados demonstram que os servidores possuem conhecimento do que venha a ser características sustentáveis, já que 69% selecionaram a opção certificação ambiental e 50% a correta extração da matéria prima e correta destinação dos resíduos.

As características inseridas na questão foram elaboradas de acordo com a Instrução Normativa n. 01/2010 art. 45, inciso II, sobre bens e serviços. Duas que não estão previstas na Instrução Normativa n. 01/2010, mas que no entendimento sobre Licitações Sustentáveis também são características de bens sustentáveis, também foram incluídas. São elas: durabilidade e emprego verde.

Um bem que possui alta durabilidade terá um descarte desacelerado, inferior a sua vida útil, conseqüentemente contribuirá para a redução de resíduos sólidos. Já os empregos verdes, segundo um guia produzido pela Organização Internacional do trabalho (2009, p.05) “são aqueles que reduzem o impacto ambiental de empresas e de setores econômicos para níveis sustentáveis”. O guia define empregos verdes como trabalhos que contribuem para a preservação ou restauração ambiental.

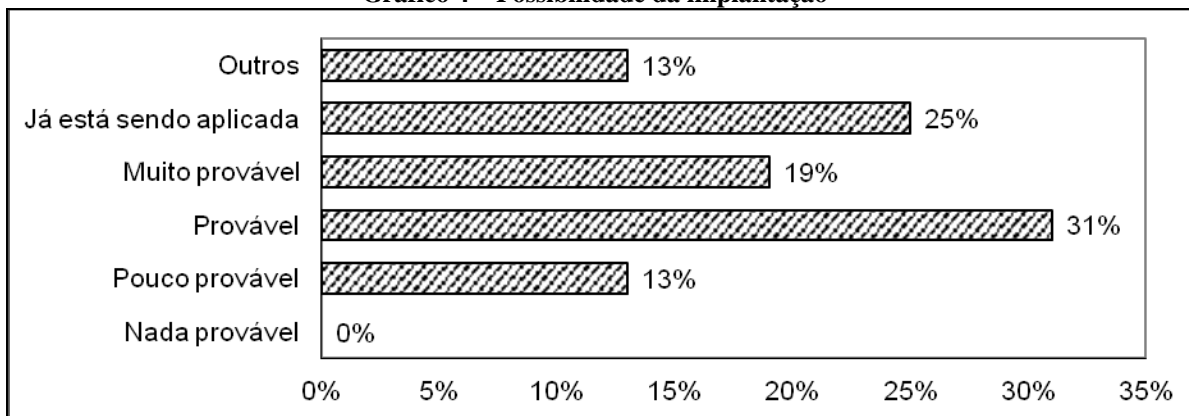
Portanto, o emprego verde insere-se como característica, já que as empresas que reduzem os impactos ambientais e promovem a preservação ambiental contribuem também com as características de bens e serviços sustentáveis, visto que ela contribui com o efeito da característica onde as empresas realizam a separação dos resíduos recicláveis e destinam corretamente os resíduos.

A durabilidade, como já foi dito, contribui para a redução dos resíduos sólidos, já que um produto que possui maior durabilidade tem um ciclo de vida maior, o que evita desperdícios e reduz o consumo por novos produtos pelos consumidores.

Os conceitos dessas duas características esclarecem o porquê elas deveriam ser consideradas também como características relevantes de bens sustentáveis, visto a relação das mesmas com os bens e serviços sustentáveis.

3.3 POSSIBILIDADE DA IMPLANTAÇÃO

Identificada a utilização de critérios sustentáveis nos processo licitatórios das IFES da região sul do Brasil, verificou-se, na opinião dos respondentes, qual a possibilidade da implantação das Licitações Sustentáveis na sua instituição.

Gráfico 4 – Possibilidade da implantação

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme o Gráfico 4, percebe-se que 31% consideram ser provável e 25% julgam já estarem aplicando. Um número relevante e perceptível foi que 13% dos respondentes declararam que ainda falta respaldo jurídico e normatizações a respeito das Licitações Sustentáveis.

Confirma-se, então, que os servidores carecem de mais atenção à legislação brasileira e suas atualizações recentes, visto que em 15 de dezembro de 2010 houve alteração da Lei n. 8.666/93 pela Lei n. 12.349/2010, e em 19 de janeiro de 2010 criou-se a Instrução Normativa n. 01. As quais preveem as Licitações Sustentáveis em sua redação.

3.4 DIFICULDADES DA IMPLANTAÇÃO

Questionou-se, então, sobre quais as dificuldades que esses servidores estão encontrando ou encontrarão na implementação das Licitações Sustentáveis.

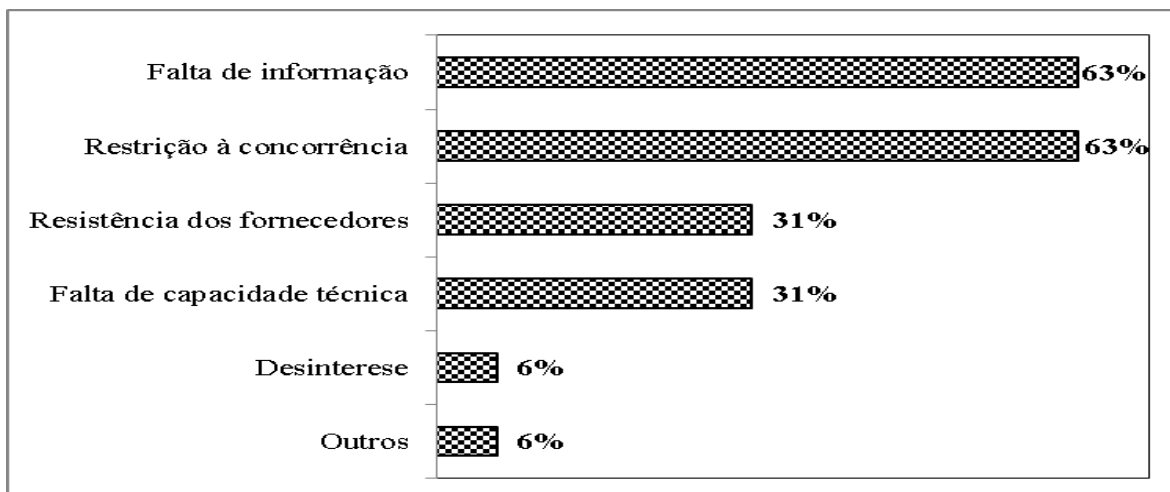


Gráfico 5 – Dificuldades da implementação

Fonte: Dados da Pesquisa

O Gráfico 5 ilustra que a maior dificuldade é a falta de informação e à restrição a concorrência dos fornecedores.

A restrição à concorrência dos fornecedores não acontecerá quando os critérios sustentáveis forem exigidos nos editais. Qualquer fornecedor que preencher os requisitos necessários, previstos nos processos, poderá tornar-se credor do Estado. A concorrência continuará intocada, mesmo utilizando-se critérios sustentáveis.

A falta de informação poderá ser sanada por meio do aumento da divulgação, compartilhamento das legislações dentro das IFES e entre os funcionários, capacitação dos mesmos com cursos e encartes didáticos, de fácil entendimento e objetivos.

Por fim, questionou-se a respeito de quais seriam os itens em que provavelmente serão ou foram consideradas consequências ambientais com maior intensidade.

Itens	5	4	3	2	1	Possibilidade da intensidade para as instituições	%
Necessários ao funcionamento da IFES	0,10	0,19	0,13	0,44	0,13	0,95	20
Obras/Reformas	0,00	0,44	0,25	0,13	0,19	1,01	22
Equipamentos de informática	0,10	0,06	0,44	0,19	0,13	0,95	20
Utilizados na Administração	0,10	0,25	0,00	0,38	0,13	0,82	18
Materiais de limpeza	0,30	0,19	0,13	0,31	0,06	0,94	20
Total						4,67	100

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 4 – Possibilidade da intensidade para analisar as consequências ambientais em itens licitados

A tabela 4 foi elaborada com base nas respostas obtidas na questão sobre a possibilidade das instituições considerarem critérios sustentáveis aos itens e com qual intensidade o fariam. No caso, a prioridade 1 seria uma possibilidade alta e a prioridade 5 quase nenhuma.

Como os respondentes marcaram as respostas conforme as prioridades de 1 a 5, elaborou-se a tabela somando-se os percentuais das respectivas respostas. Como no item materiais de limpeza, houve 16 respostas, 4 como prioridade 5, resultando em aproximadamente 30% do total. Somando-se todos os percentuais chegou-se a 94%. Feito isso em todas as questões, chegou-se a soma de 4,67. Então igualou-se esse total a 100% e aos demais fez-se proporcionalmente.

Analisando os dados da tabela, em termos proporcionais, vemos sob a ótica das instituições, o quão é importante cada item no conjunto de itens. Nota-se, que 22% consideram como prioridade alta analisar as consequências ambientais das obras do que os itens utilizados na administração, que foram 18% das respostas.

Essa informação é considerável, pois se observa que a possibilidade das instituições considerarem os possíveis impactos ambientais, é equilibrada em termos proporcionais nos itens pesquisados. Especialmente as obras em que a proporção foi maior do que os demais, já que podem causar sérios impactos, caso não haja um monitoramento adequado.

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

A preocupação ambiental estimulou o setor público a procurar novos critérios de aquisições de bens e serviços para o melhor atendimento de suas necessidades. Nesse contexto, ações previstas na legislação brasileira devem ser adotadas pelo setor estatal, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento socioambiental do país.

Os objetivos propostos para esta pesquisa foram atingidos no momento em que se analisaram os dados coletados do questionário, apresentaram-se os conceitos e normas regulamentadoras. Observou-se, também, uma crescente aplicabilidade das Licitações Sustentáveis nas IFES na região sul, conforme análises apresentadas no capítulo 3.

Em relação às dificuldades para a implementação das Licitações Sustentáveis, nota-se que uma das dificuldades que serão encontradas é a falta de informação difundida entre os servidores, entretanto, é de interesse indubitável para as IFES a utilização destas, visto o número de itens licitados.

Observa-se que 88% das IFES analisadas não priorizam as empresas locais nos seus processos licitatórios, alegando que caso priorizassem estariam ferindo a livre concorrência nos processos licitatórios. Esse dado reafirma a necessidade da divulgação das legislações atualizadas para os servidores que trabalham diariamente nas IFES e a necessidade de capacitação continuada de tais servidores, para que a aplicabilidade normativa do assunto cresça na região sul do país.

No que tange a aplicação de critérios sustentáveis, 56% das IFES afirmam utilizá-los, sendo que 25% já estão aplicando as Licitações Sustentáveis. Ressalta-se, entretanto, que o conceito de Licitações Sustentáveis não é somente utilizar critérios sustentáveis nas licitações, mas, além disso, devem-se considerar consequências ambientais e o benefício à sociedade.

A pesquisa apresentou dados com relação à análise de consequências ambientais realizada nos itens licitados nos últimos três anos. Os processos licitatórios de obras e reformas apresentaram 22% das respostas, o que afirma a expansão na mudança de produção tradicional para a produção limpa.

Em relação à modalidade de licitação mais utilizada pelas IFES constatou-se a utilização do pregão eletrônico. Essa modalidade, pelo fato de acontecer por meio virtual,

acarreta vários benefícios socioambientais, como, por exemplo, a redução na taxa de gás carbônico liberada pelos automóveis, já que os licitantes podem participar dos processos sem a necessidade de locomoção.

As conclusões mencionadas afirmam que o conhecimento das Licitações Sustentáveis nas IFES é crescente. Tal fato deve ser entendido como o primeiro passo para uma expansão e difusão maior do assunto nas IFES, vendo que quando essa aplicabilidade das Licitações Sustentáveis tornar-se plena, ter-se-á um aumento no número de empresas privadas, produzindo e fornecendo itens com qualidade socioambiental no nosso país.

Em continuidade ao desenvolvimento deste estudo, recomendam-se novas pesquisas nas IFES da região sudeste e centro-oeste do país, visto que nessas regiões existe um número relevante de Instituições Federais de Ensino Superior, para que se possam confirmar e comparar os resultados da presente pesquisa, contribuindo para as discussões sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 165 p.

BIDERMAN, Rachel; MACEDO, Laura Silvia Valente de; MONZONI, Mario; MAZON, Rubens. Compras Públicas Sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. **Guia de ICLEI — Governos Locais pela Sustentabilidade, Secretariado para América Latina e Caribe (LACS) e Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (GVces), Serviço Federal.** 2006. Disponível em: <http://www.cqgp.sp.gov.br/gt_licitacoes/publicacoes/Guia-de-compras-publicas-sustent%C3%A1veis.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2011.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 195 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. In: Capítulo VI, do meio ambiente, art. 225. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 30 ago. 2011.

_____. **Lei n. 8.666**, de 21 de Junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm> Acesso em: 16 ago. 2011.

_____. **Lei n. 10.520**, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm> Acesso em: 16 ago. 2011.

_____. **Lei n. 12.349**, de 15 de Dezembro de 2010. Altera as Leis n. 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei n. 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12349.htm> Acesso em: 16 ago. 2011.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa n. 01 de 19 de janeiro de 2010.** Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.comprasnet.gov.br/>>. Acesso em: 01 ago. 2011.

_____. **Decreto n. 99.658**, de 30 de outubro de 1990. Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/Antigos/D99658.htm>. Acesso em 04 ago. 2011.

_____. **Decreto n. 2.783**, de 17 de setembro de 1998. Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/d2783.htm>. Acesso em: 05 ago. 2011.

_____. **Decreto n. 3.555**, de 08 de agosto de 2000. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/d3555.htm>. Acesso em 05 ago. 2011.

_____. **Decreto n. 4.059**, de 19 de dezembro de 2001. Regulamenta a Lei n. 10.295, de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2001/D4059.htm>. Acesso em: 05 ago. 2011.

_____. **Decreto n. 4.131**, de 14 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2002/d4131.htm>. Acesso em 06 ago. 2011.

_____. **Decreto n. 5.450**, de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/d5450.htm>. Acesso em: 06 ago. 2011.

_____. **Decreto n. 5.940**, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em 04 ago. 2011.

_____. **Decreto n. 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

_____. **Decreto n. 6.204**, de 5 de setembro de 2007. Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6204.htm>. Acesso em: 06 ago. 2011.

_____. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Licitações e Contratos, Orientações Básicas**. 3ª edição, revista, atualizada e ampliada. Brasília: 2006.

_____. Ministério da Educação. Governo (Org.). **Ministério da Educação**. Disponível em: <[http:// www.mec.gov.br/](http://www.mec.gov.br/)>. Acesso em: 30 ago. 2011.

_____. Universidade Federal do Paraná. **Universidade Federal do Paraná**. Disponível em: <[http:// www.ufpr.br/](http://www.ufpr.br/)>. Acesso em: 30 ago. 2011.

CONAMA. **Resolução Conama N. 20**, de 18 de junho de 1986. RESOLVE estabelecer a classificação das águas, doces, salobras e salinas do Território Nacional. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res2086.html>>.

CRUZ, Flávio da.. **Contabilidade e movimentação patrimonial do setor público**. 1.ed. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1988. 92p.

CRUZ, Fávio da; GLOCK, José Osvaldo. **Controle interno nos municípios: orientação para a implantação e relacionamento com os tribunais de contas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

DALAPÉ, Juliano Carvalho. **Compras Públicas Sustentáveis**. 2008. 197 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário Da Fundação Educacional Inaciana Pe. Sabóia De Medeiros, São Bernardo do Campo, 2008.

DIAS, Ana Cristina de Amorim Victor. **Licitação e Desenvolvimento Sustentável: O Cooperativismo como uma Resposta à Questão Social**. 2000. 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

EUROPEAN PARLIAMENT. **Directive 2011/65/EU**. On the restriction of the use of certain hazardous substances in electrical and electronic equipment. Disponível em: <<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:174:0088:0110:EN:PDF>>.

EUROPA, **GPP-Green Public Procurement**. 2012. Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/gpp/gpp_and_eco_labels_en.htm>. Acesso em: 14 jan. 2012.

FABRO, Adriano Todorovic; LINDEMANN, Christian; VIEIRA, Saon Crispim. Utilização de sacolas plásticas em supermercados. **Revista Ciências do Ambiente on line**, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://sistemas.ib.unicamp.br/be310/viewarticle.php?id=75>>. Acesso em: 08 set. 2011.

GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 1.160p.

GAZZONI, Fernando. **Os conselhos comunitários: mecanismo de controle social nas universidades Federais?** 2010. 44 f. Monografia (Pós-Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas: 2007. 173p.

GOMES, Marcos Correia. Compras públicas sustentáveis. **Revista Eco 21**, Rio de Janeiro, ed. 116, Jul. 2006. Disponível em: <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=1379>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

IGPN; GPNI. **Green Purchasing & Green Public Procurement: a starter kit**. 2012. Disponível em: <<http://www.gpnindia.org>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

JOHN, V.M.; SATO, N.M.N.; AGOPYAN, V.; SJÖSTRÖM, C. **Durabilidade e sustentabilidade: Desafios para a Construção Civil Brasileira**. 2001. Disponível em: <<http://durar.pcc.usp.br/artigos/Durabilidade%20e%20Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

KJÖLLERSTRÖM, Mónica. Public Procurement as a tool for promoting more Sustainable Consumption and Production patterns. **Sustainable Development Innovation Briefs**, v 1, n. 5. 2008. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/sustdev/publications/innovationbriefs/no5.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica : ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: 27ª ed. Malheiros, 2010. 1.119p.

MICHELSSEN, Ottar; BOER, Luitzen de. Green procurement in Norway; a *survey* of practices at the municipal and county level. **Journal of Environmental Management**, v. 91, n. 1, p. 160-167, out. 2009. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030147970900262X>>. Acesso em 01 ago. 2011.

OLIVEIRA, Flávia Gonçalves de. **Licitações sustentáveis no subsetor de edificações públicas municipais**: modelo conceitual. 2008. 328 f. Universidade Federal do Espírito - Centro Tecnológico – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Vitória, 2008. Disponível em: <<http://www.prppg.ufes.br/ppgec/dissertacao/2008/FlaviaOliveira.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2011.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Instrumentos econômicos para gestão ambiental**: lições das experiências nacional e internacional. Salvador: Centro de Recursos Ambientais - NEAMA, 2003. 124 p. Disponível em: <http://www.eclac.org/dmaah/noticias/paginas/9/28579/Puppim-instrumentos_economicos.pdf>. Acesso em: 08 set. 2011.

Organização Internacional do Trabalho (OIT), **Programa empregos verdes**: OIT. Brasília: OIT, 2009. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/green_job/pub/programa_empregos_verdes_258.pdf>. Acesso em: 08 set. 2011.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. **Direito Administrativo**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 800p.

PLATT NETO, Orion Augusto. **Contabilidade Pública II**. Livro didático da Disciplina Contabilidade Pública II do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 7. ed. (rev. e atual. - semestre 2012/1). Florianópolis: Edição do autor, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

ROCHA, Carlos Henrique; SILVA, Gladston Luiz da; BENVINDO, Juliano Zaiden. Regra numérica para a definição do vencedor de licitações: o caso dos arrendamentos portuários. **Economia & Tecnologia**, v. 27, ano 7, 2011. Disponível em: http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/boletim/Economia_&_Tecnologia_Ano_07_Vol_025.pdf.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009, 260 p.

VALENTE, Manoel Adam Lacayo. Marco legal das licitações e compras sustentáveis na Administração Pública. **Câmara dos deputados**, mar. 2011. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Jessica Kopak; CRUZ, Flávio da; FREITAS, Cláudio Luiz de. Licitações Sustentáveis: Um estudo nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da região sul do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE - ENGEMA, XIII, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011, CD.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário

APÊNDICE A - Questionário

Prezado(a) Sr.(a),

Um dos maiores consumidores no nosso país é a Administração Pública. Estudos recentes mostram que o poder de compra do Governo, representa aproximadamente 15% do PIB, sendo assim os entes públicos devem ser os primeiros a mostrarem essas mudanças na forma de consumir, conscientizar seus funcionários, parceiros, empresas e a população realizando compras públicas incorporando sustentabilidade.

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) como Instituições Públicas também devem fazer a sua parte, podendo utilizar os critérios sustentáveis para aprimorar a forma de como estão licitando bens, serviços e obras.

A pesquisa tem o objetivo de analisar essa questão nas IFES da região Sul do Brasil. Por meio de um levantamento sobre a aplicabilidade de ferramentas para licitar itens levando em conta critérios sócio-ambientais, em outras palavras, utilizando as licitações sustentáveis. Meu nome é Jessica Kopak Castro e sou acadêmica do Curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC).

A pesquisa será realizada pela UFSC, sob orientação do Prof. Msc. Flávio da Cruz e com co-orientação de Claudio Luiz de Freitas por meio do Núcleo de Estudos sobre Meio Ambiente e Contabilidade (NEMAC).

Apresenta-se a seguir algumas perguntas pertinentes a esse assunto, que levará somente 3 minutos para respondê-las. Pede-se a colaboração na hora em sejam elaboradas as respostas, já que os resultados são para fins acadêmicos e irão contribuir para o aumento de conhecimento sobre o assunto à comunidade acadêmica em geral.

Ressaltamos que será preservada a identidade das pessoas que responderem o questionário.

Desde já agradecemos a colaboração e caso desejem os resultados favor preencher o e-mail no final da pesquisa.

Jessica Kopak Castro

Qual é a sua Instituição?

Qual a sua função dentro da Instituição?

Qual a sua formação acadêmica?

- ☐ Ensino Fundamental
- ☐ Ensino Médio
- ☐ Ensino Superior
- ☐ Pós-graduação

Qual a modalidade de licitação mais utilizada pela Universidade?

- ☐ Concorrência
- ☐ Tomada de Preço
- ☐ Convite
- ☐ Concurso
- ☐ Leilão
- ☐ Pregão eletrônico

Qual o tipo de licitação mais utilizado pela Universidade?

- ☐ Menor Preço
- ☐ Melhor Técnica
- ☐ Técnica e Preço
- ☐ Outro:

As empresas locais são priorizadas nas licitações?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Caso a resposta seja sim. Quais são os setores?

- ☐ Prestadoras de serviços ou tecnologias
- ☐ Fornecedoras de matérias primas
- ☐ Outro:

Caso a resposta seja não. Justifique.

Quais os três bens ou serviços mais licitados em quantidade demandada durante os últimos três anos?

- ☐ Serviços e materiais necessários para o funcionamento da IFES.
- ☐ Obras/ Reformas
- ☐ Equipamentos de Informática
- ☐ Outro:

Das alternativas selecionadas acima ocorreu análise de critérios sustentáveis de acordo com o perfil de cada objeto?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Caso a resposta seja sim. Quais são esses critérios utilizados? Eles vão além do que é previsto em lei?

Caso a resposta seja não. Justifique.

Em sua opinião, quais as características mais relevantes para caracterizar um bem sustentável?

- ☐ Certificação ambiental
- ☐ Eficiência Energética
- ☐ Emprego Verde
- ☐ Durabilidade
- ☐ Legislação específica
- ☐ Correta extração da matéria prima e correta destinação dos resíduos
- ☐ Outro:

Como você considera a inclusão da licitação sustentável na sua Instituição?

- ☐ Nada provável
- ☐ Pouco provável
- ☐ Provável
- ☐ Muito provável
- ☐ Já está sendo aplicada
- ☐ Outro:

Quais os possíveis dificuldades que você acredita que enfrentará para a implementação da licitação sustentável na sua Instituição?

- ☐ Falta de informação
- ☐ Restrição à concorrência de fornecedores
- ☐ Resistência dos fornecedores ante a mudança de regras
- ☐ Falta de capacidade técnica sobre aspectos ambientais

- ☐ Desinteresse
- ☐ Outro:

Quais os itens em que provavelmente serão ou foram consideradas consequências ambientais com maior intensidade?

	1	2	3	4	5
Itens necessários para o funcionamento da IFES	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Obras/Reformas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamentos de Informática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Itens utilizados na Administração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Materiais de Limpeza	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Caso tenha algo a complementar sobre o assunto sinta-se a vontade para expor sua opinião.
Caso deseje receber o trabalho concluído pode utilizar esse espaço também para preencher seu email.

ANEXOS

ANEXO A – Diretiva RoHs (Restriction of Certain Hazardous Substances)

ANEXO A – Diretiva RoHs (Restriction of Certain Hazardous Substances)

DIRECTIVE 2011/65/EU OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL

of 8 June 2011

on the restriction of the use of certain hazardous substances in electrical and electronic equipment (recast)

(Text with EEA relevance)

THE EUROPEAN PARLIAMENT AND THE
COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION,

Having regard to the Treaty on the Functioning of the European Union, and in particular Article 114 thereof, Having regard to the proposal from the European Commission, Having regard to the opinion of the European Economic and Social Committee, Having regard to the opinion of the Committee of Regions, Acting in accordance with the ordinary legislative procedure, Whereas:

- (1) A number of substantial changes are to be made to Directive 2002/95/EC of the European Parliament and of the Council of 27 January 2003 on the restriction of the use of certain hazardous substances in electrical and electronic equipment. In the interest of clarity, that Directive should be recast.
- (2) The disparities between the laws or administrative measures adopted by the Member States regarding the restriction of the use of hazardous substances in electrical and electronic equipment (EEE) could create barriers to trade and distort competition in

the Union and may thereby have a direct impact on the establishment and functioning of the internal market. It therefore appears necessary to lay down rules in this field and to contribute to the protection of human health and the environmentally sound recovery and disposal of waste EEE.

- (3) Directive 2002/95/EC provides that the Commission shall review the provisions of that Directive, in particular, in order to include in its scope equipment which falls within certain categories and to study the need to adapt the list of restricted substances on the basis of scientific progress, taking into account the precautionary principle, as endorsed by Council Resolution of 4 December 2000.
- (4) Directive 2008/98/EC of the European Parliament and of the Council of 19 November 2008 on waste gives first priority to prevention in waste legislation. Prevention is defined, inter alia, as measures that reduce the content of harmful substances in materials and products.

(5) Council Resolution of 25 January 1988 on a Community action programme to combat environmental pollution by cadmium invited the Commission to pursue without delay the development of specific measures for such a programme. Human health also has to be protected and an overall strategy that in particular restricts the use of cadmium and stimulates research into substitutes should therefore be implemented. The Resolution stresses that the use of cadmium should be limited to cases where suitable alternatives do not exist.

(6) Regulation (EC) n. 850/2004 of the European Parliament and of the Council of 29 April 2004 on persistent organic pollutants recalls that the objective of protecting the environment and human health from persistent organic pollutants cannot be sufficiently achieved by the Member States, owing to the trans-boundary effects of those pollutants, and can therefore be better achieved at Union level. Pursuant to that Regulation, releases of persistent organic pollutants, such as dioxins and furans, which are unintentional by-products of industrial processes, should be identified and reduced as soon as possible with the ultimate aim of elimination, where feasible.

(7) The available evidence indicates that measures on the collection, treatment, recycling and disposal of waste EEE as set out in Directive 2002/96/EC of the

European Parliament and of the Council of 27 January

2003 on waste electrical and electronic equipment (WEEE) are necessary to reduce the waste management problems associated with the heavy metals and flame retardants concerned. In spite of those measures, however, significant parts of waste EEE will continue to be found in the current disposal routes inside or outside the Union. Even if waste EEE were collected separately and submitted to recycling processes, its content of mercury, cadmium, lead, chromium VI, polybrominated biphenyls (PBB) and polybrominated diphenyl ethers (PBDE) would be likely to pose risks to health or the environment, especially when treated in less than optimal conditions.

(8) Taking into account technical and economic feasibility, including for small and medium sized enterprises (SMEs), the most effective way of ensuring a significant reduction of risks to health and the environment relating to those substances, in order to achieve the chosen level of protection in the Union, is the substitution of those substances in EEE by safe or safer materials. Restricting the use of those hazardous substances is likely to enhance the possibilities and economic profitability of recycling of waste EEE and decrease the negative impact on the health of workers in recycling plants.

(9) The substances covered by this Directive are scientifically well researched and evaluated

and have been subject to different measures both at Union and at national level.

(10) The measures provided for in this Directive should take into account existing international guidelines and recommendations and should be based on an assessment of available scientific and technical information. The measures are necessary to achieve the chosen level of protection of human health and the environment, with due respect for the precautionary principle, and having regard to the risks which the absence of measures would be likely to create in the Union. The measures should be kept under review and, if necessary, adjusted to take account of available technical and scientific information. The annexes to this Directive should be reviewed periodically to take into account, inter alia, Annexes XIV and XVII to Regulation (EC) No 1907/2006 of the European Parliament and of the Council of 18 December 2006 concerning the Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals (REACH) and establishing a European Chemicals Agency. In particular, the risks to human health and the environment arising from the use of Hexabromocyclododecane (HBCDD), Bis (2- ethylhexyl) phthalate (DEHP), Butyl benzyl phthalate (BBP) and Dibutyl phthalate (DBP) should be considered as a priority. With a view to further restrictions of substances, the Commission should re-investigate the substances that were subject

to previous assessments, in accordance with the new criteria set out in this Directive as part of the first review.

- (11) This Directive supplements the general Union waste management legislation, such as Directive 2008/98/EC and Regulation (EC) n. 1907/2006.
- (12) A number of definitions should be included in this Directive in order to specify its scope. In addition, the definition of ‘electrical and electronic equipment’ should be complemented by a definition of ‘dependent’, to cover the multipurpose character of certain products, where the intended functions of EEE are to be determined on the basis of objective characteristics, such as the design of the product and its marketing.
- (13) Directive 2009/125/EC of the European Parliament and of the Council of 21 October 2009 establishing a framework for the setting of ecodesign requirements for energy-related products enables specific ecodesign requirements to be set for energy-related products which may also be covered by this Directive. Directive 2009/125/EC and the implementing measures adopted pursuant to it are without prejudice to Union waste management legislation.
- (14) This Directive should apply without prejudice to Union legislation on safety and health requirements and specific Union waste management legislation, in particular

Directive 2006/66/EC of the European Parliament and of the Council of 6 September 2006 on batteries and accumulators and waste batteries and accumulators and Regulation (EC) n. 850/2004.

(15) The technical development of EEE without heavy metals, PBDE and PBB should be taken into account.

(16) As soon as scientific evidence is available, and taking into account the precautionary principle, the restriction of other hazardous substances, including any substances of very small size or with a very small internal or surface structure (nanomaterials) which may be hazardous due to properties relating to their size or structure, and their substitution by more environmentally friendly alternatives which ensure at least the same level of protection of consumers should be examined. To this end, the review and amendment of the list of restricted substances in Annex II should be coherent, maximise synergies with, and reflect the complementary nature of the work carried out under other Union legislation, and in particular under Regulation (EC) n. 1907/2006 while ensuring the mutually independent operation of this Directive and that Regulation. Consultation with the relevant stakeholders should be carried out and specific account should be taken of the potential impact on SMEs.

(17) The development of renewable forms of

(18) Exemptions from the substitution requirement should be permitted if substitution is not possible from the scientific and technical point of view, taking specific account of the situation of SMEs or if the negative environmental, health and consumer safety impacts caused by substitution are likely to outweigh the environmental, health and consumer safety benefits of the substitution or the reliability of substitutes is not ensured. The decision on exemptions and on the duration of possible exemptions should take into account the availability of substitutes and the socioeconomic impact of substitution. Life-cycle thinking on the overall impacts of exemptions should apply, where relevant. Substitution of the hazardous substances in EEE should also be carried out in such a way as to be compatible with the health and safety of users of EEE. The placing on the market of medical devices requires a conformity assessment procedure, according to Council Directive 93/42/EEC of 14 June 1993 concerning medical devices and Directive 98/79/EC of the European Parliament and of the Council of 27 October 1998 on in vitro diagnostic medical devices, which could require the involvement of a notified body designated by competent authorities of Member States. If such a notified body certifies that the safety of the potential substitute for the intended use in medical devices or in vitro diagnostic

medical devices is not demonstrated, the use of that potential substitute will be deemed to have clear negative socioeconomic, health and consumer safety impacts. It should be possible, from the date of entry into force of this Directive, to apply for exemptions for equipment, even before the actual inclusion of that equipment in the scope of this Directive.

(19) Exemptions from the restriction for certain specific materials or components should be limited in their scope and duration, in order to achieve a gradual phase-out of hazardous substances in EEE, given that the use of those substances in such applications should become avoidable.

(20) As product reuse, refurbishment and extension of lifetime are beneficial, spare parts need to be available.

(21) Procedures for assessing the conformity of EEE subject to this Directive should be consistent with relevant Union legislation, in particular Decision No 768/2008/EC of the European Parliament and of the Council of 9 July 2008 on a common framework for the marketing of products. Harmonising conformity assessment procedures should give manufacturers legal certainty as to what they have to provide as proof of compliance to the authorities throughout the Union.

(22) The conformity marking applicable for

products at Union level, CE marking, should also apply to EEE that is subject to this Directive.

(23) The market surveillance mechanisms laid down by Regulation (EC) No 765/2008 of the European Parliament and of the Council of 9 July 2008 setting out the requirements for accreditation and market surveillance relating to the marketing of products provide the safeguard mechanisms to check compliance with this Directive.

(24) In order to ensure uniform conditions for the implementation of this Directive, particularly with regard to the guidelines and format of applications for exemptions, implementing powers should be conferred on the Commission. Those powers should be exercised in accordance with Regulation (EU) No 182/2011 of the European Parliament and of the Council of 16 February 2011 laying down the rules and general principles concerning mechanisms for control by Member States of the Commission's exercise of implementing powers.

(25) For the purposes of achieving the objectives of this Directive the Commission should be empowered to adopt delegated acts in accordance with Article 290 of the Treaty on the Functioning of the European Union in respect of amendments to Annex II, detailed rules for complying with maximum concentration values, and the adaptation of

Annexes III and IV to technical and scientific progress. It is of particular importance that the Commission carry out appropriate consultations during its preparatory work, including at expert level.

(26) The obligation to transpose this Directive into national law should be confined to those provisions which represent a substantive change as compared with the earlier Directive. The obligation to transpose the provisions which are unchanged arises under the earlier Directive.

(27) This Directive should be without prejudice to the obligations of the Member States relating to the time-limits for transposition into national law and application of the Directive set out in Annex VII, Part B.

(28) When reviewing this Directive, a thorough analysis of its coherence with Regulation (EC) No 1907/2006 should be carried out by the Commission.

(29) In accordance with paragraph 34 of the Interinstitutional Agreement on better law-making, Member States are encouraged to draw up, for themselves and in the interests of the Union, their own tables, which will, as far as possible, illustrate the correlation between this Directive and their transposition measures, and to make those tables public.

(30) Since the objective of this Directive, namely

to establish restrictions on the use of hazardous substances in EEE, cannot be sufficiently achieved by the Member States and can therefore, by reason of the scale of the problem and its implications in respect of other Union legislation on recovery and disposal of waste and areas of common interest, such as human health protection, be better achieved at Union level, the Union may adopt measures, in accordance with the principle of subsidiarity as set out in Article 5 of the Treaty on European Union. In accordance with the principle of proportionality, as set out in that Article, this Directive does not go beyond what is necessary in order to achieve that objective,

HAVE ADOPTED THIS DIRECTIVE:

Article 1

Subject matter

This Directive lays down rules on the restriction of the use of hazardous substances in electrical and electronic equipment (EEE) with a view to contributing to the protection of human health and the environment, including the environmentally sound recovery and disposal of waste EEE.

Article 2

Scope

1. This Directive shall, subject to paragraph 2, apply to EEE falling within the categories set out in Annex I.

2. Without prejudice to Article 4(3) and 4(4), Member States shall provide that EEE that was outside the scope of Directive 2002/95/EC, but which would not comply with this Directive, may nevertheless continue to be made available on the market until 22 July 2019.

3. This Directive shall apply without prejudice to the requirements of Union legislation on safety and health, and on chemicals, in particular Regulation (EC) No 1907/2006, as well as the requirements of specific Union waste management legislation.

4. This Directive does not apply to:

(a) equipment which is necessary for the protection of the essential interests of the security of Member States, including arms, munitions and war material intended for specifically military purposes;

(b) equipment designed to be sent into space;

(c) equipment which is specifically designed, and is to be installed, as part of another type of equipment that is excluded or does not fall within the scope of this Directive, which can fulfil its function only if it is part of that equipment, and which can be replaced only by the same specifically designed equipment;

(d) large-scale stationary industrial tools;

(e) large-scale fixed installations;

(f) means of transport for persons or goods, excluding electric two-wheel vehicles which are not type-approved;

(g) Non-road mobile machinery made available exclusively for professional use;

(h) Active implantable medical devices;

(i) photovoltaic panels intended to be used in a system that is designed, assembled and installed by professionals for permanent use at a defined location to produce energy from solar light for public, commercial, industrial and residential applications;

(j) Equipment specifically designed solely for the purposes of research and development only made available on a business-to-business basis.

Article 3

Definitions

For the purposes of this Directive, the following definitions shall apply:

(1) 'electrical and electronic equipment' or 'EEE' means equipment which is dependent on electric currents or electromagnetic fields in order to work properly and equipment for the generation, transfer and measurement of such currents and fields and designed for use with a voltage rating not exceeding 1000 volts for alternating current and 1500 volts for direct current;

- (2) for the purposes of point 1, 'dependent' means, with regard to EEE, needing electric currents or electromagnetic fields to fulfil at least one intended function;
- (3) 'large-scale stationary industrial tools' means a large-scale assembly of machines, equipment, and/or components, functioning together for a specific application, permanently installed and de-installed by professionals at a given place, and used and maintained by professionals in an industrial manufacturing facility or research and development facility;
- (4) 'large-scale fixed installation' means a large-scale combination of several types of apparatus and, where applicable, other devices, which are assembled and installed by professionals, intended to be used permanently in a pre-defined and dedicated location, and de-installed by professionals;
- (5) 'cables' means all cables with a rated voltage of less than 250 volts that serve as a connection or an extension to connect EEE to the electrical outlet or to connect two or more EEE to each other;
- (6) 'manufacturer' means any natural or legal person who manufactures an EEE or who has an EEE designed or manufactured and markets it under his name or trademark;
- (7) 'authorized representative' means any natural or legal person established within the Union who has received a written mandate from a manufacturer to act on his behalf in relation to specified tasks;
- (8) 'distributor' means any natural or legal person in the supply chain, other than the manufacturer or the importer, who makes an EEE available on the market;
- (9) 'importer' means any natural or legal person established within the Union, who places an EEE from a third country on the Union market;
- (10) 'economic operators' means the manufacturer, the authorised representative, the importer and the distributor;
- (11) 'making available on the market' means any supply of an EEE for distribution, consumption or use on the Union market in the course of a commercial activity, whether in return for payment or free of charge;
- (12) 'placing on the market' means making available an EEE on the Union market for the first time;
- (13) 'harmonised standard' means a standard adopted by one of the European standardisation bodies listed in Annex I to Directive 98/34/EC of the European Parliament and of the Council of 22 June 1998 laying down a procedure for the provision of information in the field of technical standards and regulations and of rules on Information

Society services ⁽¹⁾ on the basis of a request made by the Commission in accordance with Article 6 of Directive 98/34/EC;

materials, that cannot be disjointed or separated into different materials by mechanical actions such as unscrewing, cutting, crushing, grinding and abrasive processes;

(14) 'technical specification' means a document that prescribes technical requirements to be fulfilled by a product, process or service;

(21) 'medical device' means a medical device within the meaning of point (a) of Article 1(2) of Directive 93/42/EEC and which is also EEE;

(15) 'CE marking' means a marking by which the manufacturer indicates that the product is in conformity with the applicable requirements set out in Union harmonization legislation providing for its affixing;

(22) 'in vitro diagnostic medical device' means an in vitro diagnostic medical device within the meaning of point (b) of Article 1(2) of Directive 98/79/EC;

(16) 'conformity assessment' means the process demonstrating whether the requirements of this Directive relating to an EEE, are met;

(23) 'active implantable medical device' means any active implantable medical device within the meaning of point (c) of Article 1(2) of Council Directive 90/385/EEC of 20 June 1990 on the approximation of the laws of the Member States relating to active implantable medical devices ⁽²⁾;

(17) 'market surveillance' means the activities carried out and measures taken by public authorities to ensure that EEE complies with the requirements set out in this Directive and does not endanger health, safety or other issues of public interest protection;

(24) 'industrial monitoring and control instruments' means monitoring and control instruments designed for exclusively industrial or professional use;

(18) 'recall' means any measure aimed at achieving the return of a product that has already been made available to the end user;

(19) 'withdrawal' means any measure aimed at preventing a product in the supply chain from being made available on the market;

(25) 'availability of a substitute' means the ability of a substitute to be manufactured and delivered within a reasonable period of time as compared with the time required for manufacturing and delivering the substances listed in Annex II;

(20) 'homogeneous material' means one material of uniform composition throughout or a material, consisting of a combination of

(26) 'reliability of a substitute' means the probability that an EEE using a substitute will perform a required function without failure under stated conditions for a stated period of time;

(27) 'spare part' means a separate part of an EEE that can replace a part of an EEE. The EEE cannot function as intended without that part of the EEE. The functionality of EEE is restored or is upgraded when the part is replaced by a spare part;

(28) 'non-road mobile machinery made available exclusively for professional use means machinery, with an on-board power source, the operation of which requires either mobility or continuous or semi-continuous movement between a succession of fixed working locations while working, and is made available exclusively for professional use.

Article 4

Prevention

1. Member States shall ensure that EEE placed on the market, including cables and spare parts for its repair, its reuse, updating of its functionalities or upgrading of its capacity, does not contain the substances listed in Annex II.

2. For the purposes of this Directive, no more than the maximum concentration value by weight in homogeneous materials as specified in Annex II shall be tolerated. The Commission shall adopt, by means of delegated acts in

accordance with Article 20 and subject to the conditions laid down in Articles 21 and 22, detailed rules for complying with these maximum concentration values taking into account, inter alia, surface coatings.

3. Paragraph 1 shall apply to medical devices and monitoring and control instruments which are placed on the market from 22 July 2014, to in vitro diagnostic medical devices which are placed on the market from 22 July 2016 and to industrial monitoring and control instruments which are placed on the market from 22 July 2017.

4. Paragraph 1 shall not apply to cables or spare parts for the repair, the reuse, the updating of functionalities or upgrading of capacity of the following:

- (a) EEE placed on the market before 1 July 2006;
- (b) medical devices placed on the market before 22 July 2014;
- (c) in vitro diagnostic medical devices placed on the market before 22 July 2016;
- (d) monitoring and control instruments placed on the market before 22 July 2014;
- (e) industrial monitoring and control instruments placed on the market before 22 July 2017;
- (f) EEE which benefited from an exemption and which was placed on the market before that exemption expired as far as that specific exemption is concerned.

5. Paragraph 1 shall not apply to reused spare parts, recovered from EEE placed on the market before 1 July 2006 and used in equipment placed

on the market before 1 July 2016, provided that reuse takes place in auditable closed-loop business-to-business return systems, and that the reuse of parts is notified to the consumer.

6. Paragraph 1 shall not apply to the applications listed in Annexes III and IV.

Article 5

Adaptation of the Annexes to scientific and technical progress

1. For the purposes of adapting Annexes III and IV to scientific and technical progress, and in order to achieve the objectives set out in Article 1, the Commission shall adopt by means of individual delegated acts in accordance with Article 20 and subject to the conditions laid down in Articles 21 and 22, the following measures:

(a) inclusion of materials and components of EEE for specific applications in the lists in Annexes III and IV, provided that such inclusion does not weaken the environmental and health protection afforded by Regulation (EC) No 1907/2006 and where any of the following conditions is fulfilled:

- their elimination or substitution via design changes or materials and components which do not require any of the materials or substances listed in Annex II is scientifically or technically impracticable,
- the reliability of substitutes is not ensured,

- the total negative environmental, health and consumer safety impacts caused by substitution are likely to outweigh the total environmental, health and consumer safety benefits thereof.

Decisions on the inclusion of materials and components of EEE in the lists in Annexes III and IV and on the duration of any exemptions shall take into account the availability of substitutes and the socioeconomic impact of substitution. Decisions on the duration of any exemptions shall take into account any potential adverse impacts on innovation. Life-cycle thinking on the overall impacts of the exemption shall apply, where relevant;

(b) deletion of materials and components of EEE from the lists in Annexes III and IV where the conditions set out in point (a) are no longer fulfilled.

2. Measures adopted in accordance with point (a) of paragraph 1 shall, for categories 1 to 7, 10 and 11 of Annex I, have a validity period of up to 5 years and, for categories 8 and 9 of Annex I, a validity period of up to 7 years. The validity periods are to be decided on a case-by-case basis and may be renewed.

For the exemptions listed in Annex III as at 21 July 2011, the maximum validity period, which may be renewed, shall, for categories 1 to 7 and 10 of Annex I, be 5 years from 21 July 2011 and, for categories 8 and 9 of Annex I, 7 years from

the relevant dates laid down in Article 4(3), unless a shorter period is specified.

For the exemptions listed in Annex IV as at 21 July 2011, the maximum validity period, which may be renewed, shall be 7 years from the relevant dates laid down in Article 4(3), unless a shorter period is specified.

3. An application for granting, renewing or revoking an exemption shall be made to the Commission in accordance with Annex V.

4. The Commission shall:

- (a) acknowledge receipt of an application in writing within 15 days of its receipt. The acknowledgement shall state the date of receipt of the application;
- (b) inform the Member States of the application without delay and make the application and any supplementary information supplied by the applicant available to them;
- (c) make a summary of the application available to the public;
- (d) evaluate the application and its justification.

5. An application for renewal of an exemption shall be made no later than 18 months before the exemption expires.

The Commission shall decide on an application for renewal of an exemption no later than 6 months before the expiry date of the existing exemption unless specific circumstances justify other deadlines. The existing exemption shall

remain valid until a decision on the renewal application is taken by the Commission.

6. In the event that the application for renewal of an exemption is rejected or that an exemption is revoked, the exemption shall expire at the earliest 12 months, and at the latest 18 months, after the date of the decision.

7. Before Annexes are amended, the Commission shall, inter alia, consult economic operators, recyclers, treatment operators, environmental organizations and employee and consumer associations and make the comments received publicly available.

8. The Commission shall adopt a harmonized format for applications referred to in paragraph 3 of this Article as well as comprehensive guidelines for such applications, taking into account the situation of SMEs. Those implementing acts shall be adopted in accordance with the examination procedure referred to in Article 19(2).

Article 6

Review and amendment of list of restricted substance in

Annex II

1. With a view to achieving the objectives set out in Article 1 and taking account of the precautionary principle, a review, based on a thorough assessment, and amendment of the list of restricted substances in Annex II shall be

considered by the Commission before 22 July 2014, and periodically thereafter on its own initiative or following the submission of a proposal by a Member State containing the information referred to in paragraph 2.

The review and amendment of the list of restricted substances in Annex II shall be coherent with other legislation related to chemicals, in particular Regulation (EC) No 1907/2006, and shall take into account, inter alia, Annexes XIV and XVII to that Regulation. The review shall use publicly available knowledge obtained from the application of such legislation.

In order to review and amend Annex II, the Commission shall take special account of whether a substance, including substances of very small size or with a very small internal or surface structure, or a group of similar substances:

- (a) could have a negative impact during EEE waste management operations, including on the possibilities for preparing for the reuse of waste EEE or for recycling of materials from waste EEE;
- (b) could give rise, given its uses, to uncontrolled or diffuse release into the environment of the substance, or could give rise to hazardous residues, or transformation or degradation products through the preparation for reuse, recycling or other treatment of materials from waste EEE under current operational conditions;
- (c) could lead to unacceptable exposure of workers involved in the waste EEE collection or

treatment processes;

- (d) could be replaced by substitutes or alternative technologies which have less negative impacts.

During that review, the Commission shall consult interested parties, including economic operators, recyclers, treatment operators, environmental organizations and employee and consumer associations.

2. The proposals to review and amend the list of restricted substances, or a group of similar substances, in Annex II shall contain at least the following information:

- (a) precise and clear wording of the proposed restriction;
- (b) references and scientific evidence for the restriction;
- (c) information on the use of the substance or the group of similar substances in EEE;
- (d) information on detrimental effects and exposure in particular during waste EEE management operations;
- (e) information on possible substitutes and other alternatives, their availability and reliability;
- (f) justification for considering a Union-wide restriction as the most appropriate measure;
- (g) socioeconomic assessment.

3. The measures referred to in this Article shall be adopted by the Commission by means of delegated acts in accordance with Article 20 and subject to the conditions laid down in Articles 21 and 22.

Obligations of manufacturers

Member States shall ensure that:

- (a) when placing EEE on the market, manufacturers ensure that it has been designed and manufactured in accordance with the requirements set out in Article 4;
- (b) manufacturers draw up the required technical documentation and carry out the internal production control procedure in line with module A of Annex II to Decision No 768/2008/EC or have it carried out;
- (c) where compliance of EEE with the applicable requirements has been demonstrated by the procedure referred to in point (b), manufacturers draw up an EU declaration of conformity and affix the CE marking on the finished product. Where other applicable Union legislation requires the application of a conformity assessment procedure which is at least as stringent, compliance with the requirements of Article 4(1) of this Directive may be demonstrated within the context of that procedure. A single technical documentation may be drawn up;
- (d) manufacturers keep the technical documentation and the EU declaration of conformity for 10 years after the EEE has been placed on the market;
- (e) manufacturers ensure that procedures are in place for series production to remain in conformity. Changes in product design or characteristics and changes in the harmonized standards or in technical specifications by

reference to which conformity of EEE is declared shall be adequately taken into account;

- (f) manufacturers keep a register of non-conforming EEE and product recalls, and keep distributors informed thereof;
- (g) manufacturers ensure that their EEE bears a type, batch or serial number or other element allowing its identification, or, where the size or nature of the EEE does not allow it, that the required information is provided on the packaging or in a document accompanying the EEE;
- (h) manufacturers indicate their name, registered trade name or registered trade mark and the address at which they can be contacted on the EEE or, where that is not possible, on its packaging or in a document accompanying the EEE. The address must indicate a single point at which the manufacturer can be contacted. Where other applicable Union legislation contains provisions for the affixing of the manufacturer's name and address which are at least as stringent, those provisions shall apply;
- (i) manufacturers who consider or have reason to believe that EEE which they have placed on the market is not in conformity with this Directive immediately take the necessary corrective measures to bring that EEE into conformity, to withdraw it or recall it, if appropriate, and immediately inform the competent national authorities of the Member States in which they made the EEE available to that effect, giving details, in particular, of the non-compliance and of any corrective measures taken;

- (j) manufacturers, further to a reasoned request from a competent national authority, provide it with all the information and documentation necessary to demonstrate the conformity of the EEE with this Directive, in a language which can be easily understood by that authority, and that they cooperate with that authority, at its request, on any action taken to ensure compliance with this Directive of EEE which they have placed on the market.

Article 8

Obligations of authorized representatives

Member States shall ensure that:

- (a) manufacturers have the possibility to appoint an authorized representative by written mandate. The obligations laid down in point (a) of Article 7 and the drawing up of technical documentation shall not form part of the authorized representative's mandate;
- (b) an authorized representative performs the tasks specified in the mandate received from the manufacturer. The mandate shall allow the authorized representative to do at least the following:
 - keep the EU declaration of conformity and the technical documentation at the disposal of national surveillance authorities for 10 years following the placing on the market of the EEE,
 - further to a reasoned request from a competent national authority, provide that authority with all the information and documentation necessary to demonstrate the

- conformity of an EEE with this Directive,
- cooperate with the competent national authorities, at their request, on any action taken to ensure compliance with this Directive of EEE covered by their mandate.

Article 9

Obligations of importers

Member States shall ensure that:

- (a) importers place only EEE that complies with this Directive on the Union market;
- (b) importers, before placing an EEE on the market, ensure that the appropriate conformity assessment procedure has been carried out by the manufacturer, and that they further ensure that the manufacturer has drawn up the technical documentation, that the EEE bears the CE marking and is accompanied by the required documents, and that the manufacturer has complied with the requirements set out in points (f) and (g) of Article 7;
- (c) where an importer considers or has reason to believe that an EEE is not in conformity with Article 4, that importer does not place the EEE on the market until it has been brought into conformity, and that that importer informs the manufacturer and the market surveillance authorities to that effect;
- (d) importers indicate their name, registered trade name or registered trade mark and the address at which they can be contacted on the EEE or, where that is not possible, on its packaging or in a document accompanying the EEE. Where other applicable Union legislation contains

provisions for the affixing of the importer's name and address which are at least as stringent, those provisions shall apply;

- (e) importers, in order to ensure compliance with this Directive, keep a register of non-compliant EEE and EEE recalls, and keep distributors informed thereof;
- (f) importers who consider or have reason to believe that an EEE which they have placed on the market is not in conformity with this Directive immediately take the corrective measures necessary to bring that EEE into conformity, to withdraw it or recall it, as appropriate, and immediately inform the competent national authorities of the Member States in which they made the EEE available to that effect, giving details, in particular, of the non-compliance and of any corrective measures taken;
- (g) importers keep, for 10 years following the placing on the market of the EEE, a copy of the EU declaration of conformity at the disposal of the market surveillance authorities and ensure that the technical documentation can be made available to those authorities, upon request;
- (h) importers, further to a reasoned request from a competent national authority, provide it with all the information and documentation necessary to demonstrate the conformity of an EEE with this Directive in a language which can be easily understood by that authority, and that they cooperate with that authority, at its request, on any action taken to ensure compliance with this Directive of EEE which they have placed on the market.

Article 10

Obligations of distributors

Member States shall ensure that:

- (a) when making an EEE available on the market, distributors act with due care in relation to the requirements applicable in particular by verifying that the EEE bears the CE marking, that it is accompanied by the required documents in a language which can be easily understood by consumers and other end-users in the Member State in which the EEE is to be made available on the market, and that the manufacturer and the importer have complied with the requirements set out in points (g) and (h) of Article 7 and in point (d) of Article 9;
- (b) where a distributor considers or has reason to believe that an EEE is not in conformity with Article 4, that distributor does not make the EEE available on the market until it has been brought into conformity, and that that distributor informs the manufacturer or the importer as well as the market surveillance authorities to that effect;
- (c) distributors who consider or have reason to believe that an EEE which they have made available on the market is not in conformity with this Directive make sure that the corrective measures necessary to bring that EEE into conformity, to withdraw it or recall it, as appropriate, are taken and that they immediately inform the competent national authorities of the Member States in which they made the EEE available to that effect, giving details, in particular, of the non-compliance

and of any corrective measures taken;

- (d) distributors, further to a reasoned request from a competent national authority, provide it with all the information and documentation necessary to demonstrate the conformity of EEE with this Directive, and that they cooperate with that authority, at its request, on any action taken to ensure the compliance with this Directive of the EEE which they have made available on the market.

Article 11

Cases in which obligations of manufacturers apply to importers and distributors

Member States shall ensure that an importer or distributor is considered a manufacturer for the purposes of this Directive and that he is subject to the obligations of the manufacturer under Article 7, where he places EEE on the market under his name or trademark or modifies EEE already placed on the market in such a way that compliance with the applicable requirements may be affected.

Article 12

Identification of economic operators

Member States shall ensure that economic operators, on request, identify the following to the market surveillance authorities, for 10 years following the placing on the market of the EEE:

- (a) any economic operator who has supplied them with an EEE; (b) any economic operator to whom they have supplied an EEE.

Article 13

EU declaration of conformity

1. The EU declaration of conformity shall state that it has been demonstrated that the requirements specified in Article 4 have been met.
2. The EU declaration of conformity shall have the model structure and shall contain the elements specified in Annex VI and shall be updated. It shall be translated into the language or languages required by the Member State on the market of which the product is placed or made available.

Where other applicable Union legislation requires the application of a conformity assessment procedure which is at least as stringent, compliance with the requirements of Article 4(1) of this Directive may be demonstrated within the context of that procedure. A single technical documentation may be drawn up.

3. By drawing up the EU declaration of conformity, the manufacturer shall assume responsibility for the compliance of the EEE with this Directive.

Article 14

General principles of the CE marking

The CE marking shall be subject to the general principles set out in Article 30 of Regulation (EC) No 765/2008.

Article 15

Rules and conditions for affixing the CE marking

1. The CE marking shall be affixed visibly, legibly and indelibly to the finished EEE or to its data plate. Where that is not possible or not warranted on account of the nature of the EEE, it shall be affixed to the packaging and to the accompanying documents.
2. The CE marking shall be affixed before the EEE is placed on the market.
3. Member States shall build upon existing mechanisms to ensure the correct application of the regime governing the CE marking and take appropriate action in the event of improper use of the CE marking. Member States shall also provide for penalties for infringements, which may include criminal sanctions for serious infringements. Those penalties shall be proportionate to the seriousness of the offence and constitute an effective deterrent against improper use.

Article 16

Presumption of conformity

1. In the absence of evidence to the contrary, Member States shall presume EEE bearing the CE marking to comply with this Directive.
2. Materials, components and EEE on which tests and measurements demonstrating compliance with the requirements of Article 4 have been performed, or which have been assessed, in accordance with

harmonized standards, the references of which have been published in the *Official Journal of the European Union*, shall be presumed to comply with the requirements of this Directive.

Article 17

Formal objection to a harmonised standard

1. Where a Member State or the Commission considers that a harmonized standard does not entirely satisfy the requirements which it covers and which are set out in Article 4, the Commission or the Member State concerned shall bring the matter before the Committee set up pursuant to Article 5 of Directive 98/34/EC, giving its arguments. The Committee shall, after consulting the relevant European standardisation bodies, deliver its opinion without delay.
2. In the light of the Committee's opinion, the Commission shall decide to publish, not to publish, to publish with restriction, to maintain, to maintain with restriction or to withdraw the references to the harmonized standard concerned in or from the *Official Journal of the European Union*.
3. The Commission shall inform the European standardization body concerned and, if necessary, request the revision of the harmonized standards concerned.

Article 18

Market surveillance and controls of EEE entering the Union market

Member States shall carry out market surveillance in

accordance with Articles 15 to 29 of Regulation (EC) No 765/2008.

Article 19

Committee procedure

1. The Commission shall be assisted by the committee set up pursuant to Article 39 of Directive 2008/98/EC. That committee shall be a committee within the meaning of Regulation (EU) No 182/2011.

2. Where reference is made to this paragraph, Article 5 of Regulation (EU) No 182/2011 shall apply.

Article 20

Exercise of the delegation

1. The powers to adopt the delegated acts referred to in Article 4(2), Article 5(1) and Article 6 shall be conferred on the Commission for a period of 5 years from 21 July 2011. The Commission shall draw up a report in respect of delegated powers at the latest 6 months before the end of the 5 year period. The delegation of power shall be automatically extended for periods of an identical duration, unless the European Parliament or the Council revokes it in accordance with Article 21.

2. As soon as it adopts a delegated act, the Commission shall notify it simultaneously to the European Parliament and to the Council.

3. The powers to adopt delegated acts are

conferred on the Commission subject to the conditions laid down in Articles 21 and 22.

Article 21

Revocation of the delegation

1. The delegation of power referred to in Article 4(2), Article 5(1) and Article 6 may be revoked at any time by the European Parliament or by the Council.

2. The institution which has commenced an internal procedure for deciding whether to revoke the delegation of powers shall endeavour to inform the other institution and the Commission within a reasonable time before the final decision is taken, indicating the delegated powers which could be subject to revocation and possible reasons for a revocation.

3. The decision of revocation shall put an end to the delegation of the powers specified in that decision. It shall take effect immediately or at a later date specified therein. It shall not affect the validity of the delegated acts already in force. It shall be published in the *Official Journal of the European Union*.

Article 22

Objections to delegated acts

1. The European Parliament or the Council may object to a delegated act within a period of 2 months from the date of notification.

At the initiative of the European Parliament or the

Council that period shall be extended by 2 months.

2. If, on expiry of the period referred to in paragraph 1, neither the European Parliament nor the Council has objected to the delegated act it shall be published in the *Official Journal of the European Union* and shall enter into force on the date stated therein.

The delegated act may be published in the *Official Journal of the European Union* and enter into force before the expiry of that period if the European Parliament and the Council have both informed the Commission of their intention not to raise objections.

3. If the European Parliament or the Council objects to the delegated act within the period referred to in paragraph 1, it shall not enter into force. The institution which objects shall state the reasons for objecting to the delegated act.

Article 23

Penalties

The Member States shall lay down the rules on penalties applicable to infringements of the national provisions adopted pursuant to this Directive and shall take all measures necessary to ensure that they are implemented. The penalties provided for must be effective, proportionate and dissuasive. The Member States shall notify those provisions to the Commission by 2 January 2013 and shall notify it without delay of any subsequent amendment affecting them.

Article 24

Review

1. No later than 22 July 2014 the Commission shall examine the need to amend the scope of this Directive in respect of the EEE referred to in Article 2, and shall present a report thereon to the European Parliament and the Council accompanied by a legislative proposal, if appropriate, with respect to any additional exclusions related to that EEE.

2. No later than 22 July 2021 the Commission shall carry out a general review of this Directive, and shall present a report to the European Parliament and the Council accompanied, if appropriate, by a legislative proposal.

Article 25

Transposition

1. Member States shall adopt and publish, by 2 January 2013, the laws, regulations and administrative provisions necessary to comply with this Directive. They shall forthwith communicate to the Commission the text of those provisions.

When Member States adopt those provisions, they shall contain a reference to this Directive or be accompanied by such a reference on the occasion of their official publication. Member States shall determine how such reference is to be made.

2. Member States shall communicate to the Commission the text of the main provisions of national law which they adopt in the field covered by this Directive.

*Article 26***Repeal**

Directive 2002/95/EC as amended by the acts listed in Annex VII, Part A is repealed with effect from 3 January 2013 without prejudice to the obligations of the Member States relating to the time limits for transposition into national law and application of the Directive set out in Annex VII, Part B.

References to the repealed acts shall be construed as references to this Directive and shall be read in accordance with the correlation table in Annex VIII.

*Article 27***Entry into force**

This Directive shall enter into force on the 20th day following its publication in the *Official Journal of the European Union*.

*Article 28***Addressees**

This Directive is addressed to the Member States.

Done at Strasbourg, 8 June 2011.

For the European Parliament

The President

J. BUZEK

For the Council The President GYÖRI E

